



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício / 2016

PROCESSO SCOF/CCONT Nº 01/2017	3
I. DA DESPESA AUTORIZADA.....	3
1. CRÉDITOS AUTORIZADOS.....	3
2. PROVISÕES RECEBIDAS	4
3. DESTAQUES RECEBIDOS	4
II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	5
1. SÍNTESE.....	5
2. DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS CONSIGNADOS NA L.O.A. DIRETAMENTE A ESTE TRIBUNAL.....	8
2.1. DAS DESPESAS DE PESSOAL	8
2.1.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AS DESPESAS DE PESSOAL	8
2.1.2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DE PESSOAL	11
2.1.3. SÍNTESE DAS DESPESAS COM PESSOAL	14
2.2. DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL.....	14
2.2.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS DE CUSTEIO E CAPITAL CONSIGNADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – L.O.A. DE 2016	18
2.2.2. SÍNTESE DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL.....	26
3. DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DESCENTRALIZADOS – PROVISÕES E DESTAQUES	28
3.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS DESCENTRALIZADOS – PROVISÕES E DESTAQUES	28
3.1.1. PROVISÕES	28
3.1.1.1. RECURSOS DESCENTRALIZADOS – PROVISÕES RECEBIDAS	28
3.1.1.2. RECURSOS DESCENTRALIZADOS – EXECUÇÃO DAS PROVISÕES RECEBIDAS	29
3.1.2. DESTAQUES.....	31
3.1.2.1. RECURSOS DESCENTRALIZADOS – DESTAQUES RECEBIDOS	32
3.1.2.2. RECURSOS DESCENTRALIZADOS – EXECUÇÃO E SALDOS NÃO UTILIZADOS DOS DESTAQUES RECEBIDOS	33
3.2. SÍNTESE DAS DESCENTRALIZAÇÕES – PROVISÕES E DESTAQUES.....	34
4. RESUMO GERAL DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	35
III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS.....	40
1. AÇÃO 4256 - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	41
2. AÇÃO 2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	47
3. AÇÃO 2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	49
4. AÇÃO 2011 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	50

5.	AÇÃO 2012 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	52
6.	AÇÃO 4224 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	53
7.	AÇÃO 2549 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	54
8.	AÇÃO 216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO MORADIA A AGENTES PÚBLICOS....	56
IV.	INDICADORES DE GESTÃO	59
V.	ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	72
VI.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
VII.	ANEXOS – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	77



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PROCESSO SCOF/CCONT nº 01/2017

Sr. Diretor Geral da Administração - Substituto

Em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 70, Título IV, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, submetemos a V.S.^a o presente processo de Prestação de Contas relativo às despesas realizadas no exercício financeiro de 2016.

I. DA DESPESA AUTORIZADA

O montante dos créditos orçamentários disponibilizados a este E. Tribunal foi consignado na Lei Orçamentária Anual para 2016 - L.O.A./2016 (Lei nº 13.255/2016), que corresponde à dotação inicial, acrescido dos créditos suplementares, créditos extraordinários, provisões e destaques concedidos durante o exercício, que seguem discriminados:

1. Créditos Autorizados

Discriminação	Valor (R\$)	
Lei nº 13.255, de 14/01/2016, publicada em 15/01/2016 - LOA/2016	2.143.016.231,00	
Créditos suplementares com oferecimento de recursos próprios	12.598.130,00 - 12.598.130,00	
Créditos suplementares sem oferecimento de recursos próprios	Crédito para pessoal	113.293.743,00
	Crédito para custeio	14.513.740,00
Crédito orçamentário próprio oferecido para abertura de crédito extraordinário	- 26.048.261,00	
Crédito Extraordinário aberto pela Medida Provisória nº 711, publicada no DOU em 19/01/2016	26.048.261,00	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Créditos contingenciado na LOA/2016 utilizado para abertura de crédito extraordinário	- 12.642.996,00	
Crédito Extraordinário aberto pela Medida Provisória nº 740, de 13/07/2016, publicada no DOU de 18/07/2016	Crédito com receitas financeiras contingenciadas	12.642.996,00
	Crédito com oferecimento de receitas próprias	59.642.000,00
Subtotal 1	2.330.465.714,00	

2. Provisões Recebidas

Discriminação	Valor (R\$)
Tribunal Superior do Trabalho	1.681.062,44
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	9.526.268,78
Subtotal 2	11.207.331,22

3. Destaques Recebidos

Discriminação	Valor (R\$)
Dotação de Precatórios da Administração Direta	15.383.032,00
Dotação de Precatórios da Administração Indireta	38.845.568,00
Subtotal 3	54.228.600,00
TOTAL GERAL AUTORIZADO (Subtotais 1 + 2 + 3)	2.395.901.645,22



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1. Síntese

Neste E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em 2016, as despesas foram processadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, bem como com a Portaria nº 833/11, de 16/12/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim sendo, todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram inseridos no Sistema SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, proporcionando a emissão automática dos balanços contábeis, integrantes da presente Prestação de Contas (doc. fls. 78/92).

No exercício de 2016, foram responsáveis pela realização das despesas deste E. Tribunal as Unidades Gestoras: *UG 080010 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região* e *UGR 080032 - Escola Judicial do TRT da 2ª Região*.

Assim, a execução orçamentária e financeira da despesa efetivou-se sob a responsabilidade de:

1. Ordenadores da Despesa:

1.1. Pela UG 080010 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:

1.1.1. Desembargadores:

- Dra. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD
- Dr. WILSON FERNANDES



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

1.1.2. Servidores:

- LUÍS ALBERTO DAGUANO
- DENIZE MOTA
- ADRIANA MARCELLINO
- MARIA INÊS EBERT GATT
- RITA KOTOMI YURI
- RODRIGO CORREA DA CUNHA

1.2. Pela UGR 080032 - Escola Judicial do TRT da 2ª Região:

1.2.1. Desembargadores:

- Dra. LEILA APARECIDA CHEVTCHUK DE OLIVEIRA
- Dr. ADALBERTO MARTINS
- Dra. REGINA APARECIDA DUARTE

2. Encarregados do Setor Financeiro:

- LILIAN YURI TAKAHASHI
- MÔNICA GERBER BOSSOLAN
- ANTONIO FABIO FERNANDES FIGUEIREDO
- JOSÉ ISMAEL MESQUITA MOISES
- SORAIA GOMES GOUVEA

Este Regional realizou a execução orçamentária e financeira dentro dos limites autorizados na L.O.A. para 2016, dos créditos adicionais recebidos, das descentralizações internas (Provisões) recebidas do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e das descentralizações externas (Destaques),



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

referentes à dotação de Precatórios da Administração Direta e Indireta, perfazendo o montante orçamentário total de R\$ 2.395.901.645,22 (Dois bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

A execução orçamentária e financeira da despesa atingiu o montante de R\$ 2.394.948.587,66, inclusive "Restos a Pagar". Do total autorizado (R\$ 2.395.901.645,22), não foram aplicados R\$ 953.057,56, correspondendo ao saldo da conta contábil 62.211.00.00 - *Crédito Disponível* (R\$ 952.993,56) e 62.212.00.00 - *Crédito Indisponível* (R\$ 64,00), em 31/12/2016.

Em 31/12/2016, o saldo dos recursos financeiros à disposição deste Tribunal importou em R\$ 93.070.827,79, constante da conta contábil 11.112.20.01 - *Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - OFSS*, conforme demonstrativo abaixo, extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)___	
08/02/17 14:15	USUARIO : AIRTON
	PAGINA : 1
UG EMITENTE : 080010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO	
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL	
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO	
CONTA CONTABIL : 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	
CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
F 0100000000 310	
PAGAMENTO PESSOAL	36.521.660,01 D
F 0100000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	2.570.580,75 D
F 0100000000 412	
PAGAMENTO DE CARTAO DE CREDITO	126.305,94 D
F 0100000000 422	
AUXÍLIO FUNERAL - CUSTEIO	264.357,80 D
F 0100000000 510	
CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXILIOS	426.056,36 D
F 0127000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	3.139.086,46 D
F 0150000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	1.664.580,95 D



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

F 0150151030 400		
CUSTEIO/INVESTIMENTO		3.787.163,53 D
F 0156000000 310		
PAGAMENTO PESSOAL		1.484.069,72 D
F 0169000000 310		
PAGAMENTO PESSOAL		1.013.611,94 D
F 0181000000 400		
CUSTEIO/INVESTIMENTO		170.323,02 D
F 0181151030 350		
CREDITOS EXTRAORDINARIOS		3.627.666,14 D
F 0181151030 400		
CUSTEIO/INVESTIMENTO		22.782.619,52 D
F 0188000000 310		
PAGAMENTO PESSOAL		4.281.269,37 D
F 0190000000 990		
PASSIVOS FINANCEIROS		14.873,50 D
F 0381151030 350		
CREDITOS EXTRAORDINARIOS		6.244.445,91 D
F 0381151030 400		
CUSTEIO/INVESTIMENTO		4.952.156,87 D
	TOTAL COM ISF F - FINANCEIRO	: 93.070.827,79 D
	TOTAL DA CONTA	: 93.070.827,79 D

2. Das Despesas realizadas com recursos consignados na L.O.A. diretamente a este Tribunal

2.1. Das Despesas de Pessoal

2.1.1. Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal

Para as Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, e Obrigação Patronal, foi inicialmente aprovado na L.O.A para 2016 o montante de R\$ 1.827.102.497,00, conforme demonstrado abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Programas de Trabalho	Dotação Inicial – R\$
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos ¹)	1.137.525.098,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis (Inativos e Pensionistas ²)	479.008.734,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal ³)	210.568.665,00
TOTAL	1.827.102.497,00
<i>Ativos ¹ - PTR 084984; Inativos e Pensionistas ² - PTR 084985; Obrigação Patronal ³ - PTR 084982</i>	

Os limites de créditos aprovados na referida Lei, no valor de R\$ 1.827.102.497,00, não foram suficientes, ocasionando a solicitação e o recebimento de créditos suplementares no montante global de R\$ 113.293.743,00, sendo R\$ 64.496.072,00, R\$ 41.518.748,00 e R\$ 7.278.923,00 respectivamente para as despesas referentes aos pagamentos de pessoal ativo, inativo/pensionistas e obrigação patronal.

Segue demonstração dos créditos suplementares concedidos a este TRT em 2016:

- o Pagamento de Pessoal Ativo da União:

Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios			
Documento de autorização	Nota de Dotação	Data	Valor-R\$
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13/12/2016, publicado no DOU de 14/12/2016	2016ND800028	14/12/2016	64.496.072,00
TOTAL			64.496.072,00

- o Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios			
Documento de autorização	Nota de Dotação	Data	Valor-R\$
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 254, de 10/11/16, publicado no DOU de 11/11/2016	2016ND800025	11/11/2016	8.500.931,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13/12/2016, publicado no DOU de 14/12/2016	2016ND800028	14/12/2016	33.017.817,00
TOTAL			41.518.748,00

- o Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal):

Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios			
Documento de autorização	Nota de Dotação	Data	Valor-R\$
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 254, de 10/11/16, publicado no DOU de 11/11/2016	2016ND800025	11/11/2016	3.379.263,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13/12/2016, publicado no DOU de 14/12/2016	2016ND800028	14/12/2016	3.899.660,00
TOTAL			7.278.923,00

Destarte, o total de créditos suplementares recebidos importa em R\$ 113.293.743,00, que somado aos créditos inicialmente aprovados na L.O.A., de R\$ 1.827.102.497,00, perfazem o total orçamentário de R\$ 1.940.396.240,00, para o Grupo de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, conforme demonstrado abaixo.

Programas de Trabalho	Dotação Inicial - R\$	Crédito Suplementar - R\$	Total - R\$
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos ¹)	1.137.525.098,00	64.496.072,00	1.202.021.170,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis (Inativos e Pensionistas ²)	479.008.734,00	41.518.748,00	520.527.482,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal ³)	210.568.665,00	7.278.923,00	217.847.588,00
TOTAL	1.827.102.497,00	113.293.743,00	1.940.396.240,00
<i>Ativos ¹ - PTR 084984; Inativos e Pensionistas ² - PTR 084985; Obrigação Patronal ³ - PTR 084982</i>			

2.1.2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal

A dotação orçamentária para 2016 destinada às despesas de pessoal foi utilizada basicamente com a liquidação mensal das folhas de pagamento de ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao quadro de pessoal do Órgão, e com o recolhimento dos encargos patronais previdenciários do regime próprio (PSSS) e privado (FUNPRESP).

O total orçamentário recebido para as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas e obrigação patronal – PSSS (R\$ 1.940.396.240,00), foi integralmente utilizado, tendo sido efetivamente liquidados e pagos R\$ 1.930.443.075,85 e inscrito em restos a pagar o total de R\$ 9.953.164,15.

Além dos gastos normais com a folha mensal de pessoal, foram viabilizadas despesas na rubrica “*Despesas de Exercícios Anteriores*”, referentes aos passivos da categoria Pessoal e Encargos Sociais, dentre as quais se destacam:

Processo	Objeto	Valor - R\$	OBS
EAP 004/10	URV	162.281,49	Pessoal Inativo
		1.121.929,32	Pessoal Ativo
	Subtotal 1	1.284.210,81	
EAP 005/10	PAE – Parcela Autônoma de Equivalência	2.782.544,89	Pessoal Inativo
		1.375.539,11	Pensionista
		3.994.711,98	Pessoal Ativo
	Subtotal 2	8.152.795,98	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

EAP 002/16	VPI FC Ação 13,23%; Gratificação por exercício de funções; férias indenizadas ref. VPI CJ da Ação 13,23%; Substituição; Auxílio creche; Auxílio saúde; Auxílio transporte	37.956,06	Pessoal Ativo
	Subtotal 3	37.956,06	
EAP 003/16	Vencimentos e Vantagens Fixas: faltas injustificadas; adicional noturno; incorporações; adicional periculosidade; VPI 13,23%; gratificações de funções; gratificações de tempo de serviço; férias indenizadas; gratificação natalina; abono constitucional; Auxílio Natalidade; Auxílio Creche; Gratificação por encargo de Curso/Concurso	37.630,88	Pessoal Ativo
	Subtotal 4	37.630,88	
EAP 006/16	Vencimentos e Vantagens Fixas: ad. noturno; abono permanência; ad. insalubridade; adicional de qualificação; VPI 13,23%; GAJ/GAE; adicional tempo de serviço, gratificação natalina; adicional de férias	208.955,41	Pessoal Ativo
	Obrigação Patronal	189,49	FUNPRESP
	Subtotal 5	209.144,90	
EAP 008/16	Gratificação natalina sobre Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição	684.111,18	Pessoal Ativo
	Subtotal 6	684.111,18	
EAP 011/16	Vencimentos e Vantagens Fixas: ad. noturno; abono permanência, adicional insalubridade; adicional periculosidade; adicional qualificação; GAJ/GAE; adicional tempo de serviço; gratificação natalina; ad. Férias; Substituição; Serviços Extraordinários; Auxílio Creche; Auxílio Alimentação; Auxílio Transporte; Indenização de Transporte	91.390,61	Pessoal Ativo
	Obrigação Patronal – FUNPRESP - JUD	84,69	FUNPRESP
	Subtotal 7	91.475,30	
EAP 017/16	Auxílio Natalidade, Auxílio Alimentação e Indenização Auxílio Saúde	37.525,98	Pessoal Ativo
	Subtotal 8	37.525,98	
EAP 018/16	Vencimentos e Vantagens Fixas; Abono de Permanência; adicional de qualificação; GAJ/GAE; Atrasos FC/CJ; adicional tempo de serviço; gratificação natalina; 1/3 Férias;	7.594,03	Pessoal Ativo
	Indenização de Férias Inativos	7.305,28	Pessoal Inativo
	Subtotal 8	14.899,31	
EAP 019/16	Abono de Permanência	1.239.392,19	Pessoal Ativo
	Subtotal 8	1.239.392,19	
EAP 020/16	Férias Indenizadas e Licença Prêmio em Pecúnia	9.511,76	Pessoal Ativo
		562.716,74	Pessoal Inativo
	Subtotal 9	572.228,50	
EAP 021/16	Vencimentos e Salários; VPNI; Abono de Permanência; Adicional de insalubridade; Incentivo a Qualificação; VPI; GAJ/GAS/ GAE; Gratificação de Tempo de Serviço; Gratificação Natalina; 1/3 Férias; Subsídios; Substituições; Serviços Extraordinários	1.186.552,07	Pessoal Ativo
	Subtotal 10	1.186.552,07	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

EAP 022/16	Indenização de férias	39.697,47	Pessoal Ativo
	Subtotal 11	39.697,47	
EAP 023/16	acerto de desligamento de servidor falecido	88.846,06	Pessoal Ativo
	Subtotal 12	88.846,06	
EAP 024/16	VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	1.516.898,91	Pessoal Ativo
	Subtotal 13	1.516.898,91	
TOTAIS (subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)		15.193.365,60	
<i>Obs.: Os processos acima relacionados incluem despesas com custeio, tais como auxílio alimentação, ajuda de custo e auxílio natalidade</i>			

Dos valores indicados na tabela acima, foram inscritos em Restos a Pagar não Processados, igualmente na rubrica “*Despesas de Exercícios Anteriores*”, os seguintes montantes:

Processo	Objeto	Valor - R\$	OBS
EAP 004/10	URV	1.000.000,00	2016NE003104 (3190.92.11)
	Subtotal 1	1.000.000,00	
EAP 005/10	PAE – Parcela Autônoma de Equivalência	376.413,87	2016NE002827 (3190.92.11),
		1.682.757,02	2016NE003105 (3190.92.01),
		1.098.290,35	2016NE003105 (3190.92.03)
Subtotal 2		3.157.461,24	
EAP 020/16	Férias Indenizadas e Licença Prêmio em Pecúnia	9.511,76	2016NE002860 (3190.92.11)
	Subtotal 3	9.511,76	
EAP 024/16	VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	1.516.898,91	2016NE003074 (3190.92.11)
	Subtotal 4	1.516.898,91	
TOTAIS (subtotais 1+2+3+4)		5.683.871,91	

Para as demais despesas com pessoal, restaram empenhados em restos a pagar os montantes abaixo relacionados, no total de R\$ 4.269.292,24, que somados aos valores de exercícios anteriores acima demonstrados (R\$ 5.683.871,91) totalizaram R\$ 9.953.164,15 inscritos à conta de Restos a Pagar/2016 de pessoal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Processo	Objeto	Valor - R\$	OBS.
Folha de Pagamento	Despesas com pessoal ativo	810.319,43 800.000,00	2016NE000001 (3190.11); 2016NE000002 (3190.16)
	Subtotal 1	1.610.319,43	
Folha de Pagamento	Despesas com aposentadorias e pensões	13.611,94 176.582,53	2016NE000007 (3190.01), 2016NE000295 (3190.01)
	Subtotal 2	190.194,47	
Folha de Pagamento	Encargo Patronal Previdenciários	2.468.778,34	2016NE000005 (3190.13)
	Subtotal 3	2.468.778,34	
TOTAIS (subtotais 1+2+3)		4.269.292,24	

2.1.3. Síntese das Despesas com Pessoal

Segue o quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas com Pessoal Ativo, Inativos/Pensionistas e Obrigação Patronal, em relação à dotação autorizada:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$ (a)	Crédito Suplementar R\$ (b)	Total do Orçamento para 2016 R\$ (c) = (a) + (b)	Execução Orçamentária R\$ (d)	Saldo Orçamentário R\$ (e) = (c) - (d)
Pagamento de Pessoal Ativo da União	084984	3190/91	1.137.525.098,00	64.496.072,00	1.202.021.170,00	1.202.021.170,00	0,00
Aposentadorias e Pensões	084985	3190	479.008.734,00	41.518.748,00	520.527.482,00	520.527.482,00	0,00
Contribuições da União p/ o PSSS	084982	3191	210.568.665,00	7.278.923,00	217.847.588,00	217.847.588,00	0,00
TOTAL			1.827.102.497,00	113.293.743,00	1.940.396.240,00	1.940.396.240,00	0,00

2.2. Das Despesas de Custeio e Capital



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O exercício financeiro de 2016 trouxe grandes dificuldades orçamentárias para o regular desenvolvimento das atividades do Órgão, mormente quanto à execução das despesas de custeio e capital.

Tal fato deveu-se aos expressivos cortes orçamentários estabelecidos pelo Congresso Nacional na tramitação do Projeto de Lei Orçamentária/2016, de aproximadamente 30% para as despesas de custeio e 90% para as despesas com investimentos, do Programa de Trabalho “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”. Elevados cortes ocorreram também nos Planos Orçamentários “Capacitação de Recursos Humanos” e “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”, ambos da ordem de 48% em custeio e no Programa de Trabalho “Comunicação e Divulgação Institucional”, correspondentes a 50% e 92% dos orçamentos de custeio e investimentos. Os cortes referidos seguem abaixo demonstrados.

Programa	Atividade	Grupo de Despesa	Proposta Orçamentária	L.O.A. para 2016	Corte	
					R\$	%
ACJT	ACJT - PO 0	3	234.802.273,00	166.124.725,00	68.677.548,00	29,25
		4	14.047.773,00	1.404.777,00	12.642.996,00	90,00
	CRH - PO 2	3	1.288.140,00	674.660,00	613.480,00	47,63
	FAM – PO 5	3	1.042.052,00	544.424,00	497.628,00	47,75
CDI	CDI	3	497.982,47	248.991,00	248.991,47	50,00
		4	8.000,00	640,00	7.360,00	92,00
Total global		3	237.630.447,47	167.592.800,00	70.037.647,47	29,47
		4	14.055.773,00	1.405.417,00	12.650.356,00	90,00

*OBS.: ACJT – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; CRH – Capacitação de Recursos Humanos; FAM – Formação Inicial de Magistrados; CDI – Comunicação e Divulgação Institucional
Grupo de Despesa 3: Outras Despesas Correntes (Custeio); Grupo de Despesa 4: Investimentos (Capital)*

Ainda, a Lei Orçamentária não destinou recursos para o Programa relativo ao pagamento do auxílio moradia aos senhores magistrados. Entretanto, foi aberto Crédito Extraordinário por meio da Medida Provisória nº 711, de 18/01/2016, no montante de R\$ 26.048.261,00, mediante o cancelamento de recursos próprios da Atividade “Apreciação de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Causas na Justiça do Trabalho”, o que acabou por agravar a insuficiência orçamentária dessa Ação.

O cancelamento de recursos de R\$ 12.642.996,00, no Grupo de Despesa 4 – Investimentos, acima discriminado, foi em realidade objeto de contingenciamento, consignado na Ação “Reserva De Contingência - Financeira - Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas”, por se tratar de recursos da fonte 181, relativa à arrecadação de receita de convênios com instituições financeiras.

Essas duas situações geraram déficit de R\$ 38.691.257,00 na Ação “Apreciação de Causas”, que somados aos cortes de R\$ 68.677.548,00, para o Grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, totalizaram decréscimo orçamentário de R\$ 107.368.805,00.

Considerando que, com os cortes estabelecidos, o orçamento inicial consignado na L.O.A para 2016 era suficiente somente para o pagamento das despesas com a manutenção do Tribunal até o mês de julho, foram realizadas ações emergenciais da Administração que resultaram em disponibilidade orçamentária para o atendimento de tais gastos até setembro.

As ações consistiram em redução de postos de trabalho (funcionários) contratados junto aos prestadores de serviços terceirizados (segurança, limpeza, manutenção predial, etc.), acordos com locadores com o objetivo de suspender ou postergar reajustes contratuais, ações voltadas a economia de energia elétrica, cancelamento de licitações, etc.

Com o drástico corte orçamentário que afetou toda a Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho interveio junto aos órgãos competentes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

para a liberação de crédito extraordinário, sem o qual não haveriam recursos para fazer frente sequer às obrigações assumidas com empresas contratadas e serviços públicos (água, energia elétrica, telefonia etc.) até o encerramento do exercício de 2016.

Resultaram das ações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a concessão a este Tribunal de créditos extraordinários, com oferecimento de recursos próprios, nos montantes de R\$ 59.642.000,00 e de R\$ 12.642.996,00, correspondendo esse último à liberação do montante contingenciado. Esses créditos foram abertos através da Medida Provisória nº 740, de 13/07/2016, publicada no DOU de 18/07/2016, e destinavam-se às despesas de custeio.

Os créditos extraordinários liberados permitiram o oferecimento de recursos para a solicitação de créditos suplementares, em especial para suprir o déficit orçamentário relativos às despesas com investimentos, parcialmente coberto com o oferecimento de R\$ 8.914.002,00 da Ação ACJT, autorizado através do Ato CSJT nº 196, de 15/09/2016, publicado no DOU de 16/09/2016.

Além da movimentação orçamentária destinando recursos para despesas com investimentos, os créditos extraordinários permitiram, ainda, o oferecimento de recursos da Atividade “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” para as Atividades “Comunicação e Divulgação Institucional” (R\$ 50.000,00) e “Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos” (R\$ 164.128,00), ambos destinados a despesas de custeio.

As dificuldades enfrentadas na gestão do orçamento de custeio e capital deste Tribunal abarcaram também o fator tempo, tendo em vista que os créditos extraordinários foram autorizados em meados de julho, limitando significativamente os prazos para as ações voltadas aos pedidos de créditos suplementares com oferecimento de recursos, que, por sua vez, necessitavam de parâmetros da Administração quanto às prioridades na



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

aplicação dos recursos, bem como para o processamento dos procedimentos licitatórios respectivos.

Não obstante o acima relatado, os índices de utilização orçamentária para as despesas de custeio e capital deste Tribunal no exercício de 2016 foram altamente satisfatórios, aproximando-se dos 100%, como ficará demonstrado neste Relatório.

2.2.1. Créditos Orçamentários de Custeio e Capital Consignados na Lei Orçamentária Anual – L.O.A. de 2016

Para as Despesas de Custeio e Capital foi aprovado na Lei Orçamentária para 2016 o montante de R\$ 315.913.734,00, conforme demonstrado:

Orçamento para Outras Despesas Correntes e Capital					
Programas de Trabalho		UG	Dotação Inicial (R\$)		Total (R\$)
			Custeio	Capital	
ACJT	Aprec. de Causas na Just. do Trab.	080010	166.124.725,00	1.404.777,00	167.529.502,00
	Capacitação de Recursos Humanos	080010	674.660,00	0,00	674.660,00
	Formação e Aperf. de Magistrados	080032	544.424,00	0,00	544.424,00
	Sub total - ACJT		167.343.809,00	1.404.777,00	168.748.586,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade		080010	825.348,00	0,00	825.348,00
Auxílio Alimentação		080010	58.560.000,00	0,00	58.560.000,00
Auxílio Transporte		080010	4.787.304,00	0,00	4.787.304,00
Assistência Pré Escolar		080010	7.373.556,00	0,00	7.373.556,00
Assistência Médica		080010	42.469.380,00	0,00	42.469.380,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		080010	20.204.400,00	0,00	20.204.400,00
Comunicação e Divulgação Institucional		080010	248.991,00	640,00	249.631,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		080010	52.533,00	0,00	52.533,00
Reserva de Contingência - Financeira (Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas)		080010	12.642.996,00	0,00	12.642.996,00
TOTAL			314.508.317,00	1.405.417,00	315.913.734,00
			315.913.734,00		

Programas de Trabalho Resumidos (PTRES): 107691 -Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; 084993 - Capacitação de Recursos Humanos; 084994 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; 084986 - Benefícios Assistenciais decorrentes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

do Auxílio Funeral e Natalidade; 084989 - Auxílio Alimentação; 084988 - Auxílio Transporte; 084987 - Assistência Pré Escolar; 084990 - Assistência Médica; 084983 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; 107692 - Comunicação e Divulgação Institucional; 110765 - Reserva de Contingência – Financeira; 110766 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
UG: 080010 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; 080032 – Escola Judicial do TRT da 2ª Região

O total orçamentário (R\$ 315.913.734,00) segregado por Unidade Gestora, segue abaixo:

Unidade Gestora - UG	Dotação - R\$
080010 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	315.369.310,00
080032 – Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	544.424,00
Total	315.913.734,00

Ocorreram, ainda, concessões a este Tribunal de créditos suplementares sem oferecimento de recursos próprios, no importe de R\$ 14.513.740,00, para as despesas de custeio e de investimentos, bem como de créditos extraordinários que somaram R\$ 98.333.257,00, destinados às despesas de custeio, totalizando, portanto, o montante de R\$ 112.846.997,00.

Dos créditos extraordinários (R\$ 98.333.257,00), foi concedido através da Medida Provisória nº 711, de 18/01/2016, o total de R\$ 26.048.261,00, viabilizado pelo cancelamento de recursos próprios da Atividade “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, e por meio da Medida Provisória nº 740, de 13/07/2016, o montante de R\$ 72.284.996,00, sendo R\$ 59.642.000,00 oriundos de recursos financeiros da Fonte 381 - *Recursos de Convênios - Exercícios Anteriores* e R\$ 12.642.996,00 oriundos de recursos financeiros da Fonte 181 - *Recursos de Convênios - Exercício Corrente*, correspondendo este último à liberação do montante contingenciado na L.O.A. para 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Esses créditos estão demonstrados no quadro a seguir:

Atividade	PTR	Crédito Adicional		Natureza da Despesa	Valor
		Tipo	Origem		
Assist. Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e Seus Dependentes	089990	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	6.032.073,00
Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	084987	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	1.055.261,00
Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	084989	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	7.402.406,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - PO 6 - Trabalho Seguro	107209	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	12.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - PO - 7 - Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem	127265	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	12.000,00
Subtotal Créditos Suplementares					14.513.740,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	118949	Extraordinário	Recursos Próprios (Fonte 100)	3390	26.048.261,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	127165	Extraordinário	Receitas Próprias (Fonte 381)	3390	59.642.000,00
			Recursos Próprios Contingenciados (Fonte 181)	3390	12.642.996,00
Subtotal – créditos extraordinários					98.333.257,00
<i>OBS.: Fonte 100: Recursos do Tesouro; Fonte 181: Recursos de Convênios – Exercício Corrente; Fonte 381: Recursos de Convênios – Exercícios Anteriores</i>					

Dos créditos suplementares recebidos por este Regional, através do Ato CSJT nº 165, de 16/08/2016, publicado no DOU de 17/08/2016, foi destinado ao "Programa Trabalho Seguro" o montante de R\$ 12.000,00, correspondente à Natureza de Despesa 3390.00, tendo sido utilizados R\$ 11.069,64, abaixo demonstrados:

Processo	Objeto	Natureza da	Empenho	Valor
----------	--------	-------------	---------	-------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

		Despesa		R\$
CD-103/2016	Locação de passa cabo - 80 unidades de protetores de cabos	3390.39	2016NE001860	2.850,00
FL-148/2016	Pagamento de diárias ao juiz Renato Sabino Carvalho Filho para participação na reunião do Comitê Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, em Brasília	3390.14	2016NE001861	969,64
CD-169/2016	Aquisição de 250 coletes para uso na identificação dos servidores da brigada de emergência deste Tribunal	3390.30	2016NE002857	7.250,00
TOTAL				11.069,64

OBS.: CD – Compra Direta; FL – Folha de Pagamento

O saldo não utilizado, de R\$ 930,36, restou inscrito na conta 62.211.00.00 – Crédito Disponível.

Ainda em referência aos créditos suplementares recebidos, conforme Ato CSJT nº 200, de 22/09/2016, publicado no DOU de 23/09/2016, foi destinado o total de R\$ 12.000,00 para ações voltadas ao “Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem”, referentes às despesas de custeio (Natureza de Despesa 3390.00). A utilização efetiva está demonstrada no quadro abaixo:

Processo	Objeto	Natureza da Despesa	Empenho	Valor R\$
FL-301/2016	Pagamento de diárias à Dra. Silvana A. M. Ariano para participação no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA	3390.14	2016NE003047	309,82
TOTAL				309,82

OBS.: FL – Folha de Pagamento

O saldo não utilizado, de R\$ 11.690,18, ficou inscrito na conta 62.211.00.00 – Crédito Disponível.

Quanto aos créditos extraordinários concedidos através das



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

através das Medidas Provisórias nº 711, de 18/01/2016, e nº 740, de 13/07/2016, nos valores respectivos de R\$ 26.048.261,00 e R\$ 72.284.996,00, totalizando R\$ 98.333.257,00, foram efetivamente utilizados R\$ 98.285.022,51, resumidamente demonstrado abaixo:

Atividade	PTR	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor		Saldo
				Concessão	Utilização	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	118949	100	3390.91	26.048.261,00	26.048.261,00	0,00
		Subtotal – F 100		26.048.261,00	26.048.261,00	0,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	127165	181	339030	74.926,51	74.926,51	0,00
			339036	385.441,24	385.441,24	0,00
			339037	10.630.541,61	10.630.541,61	0,00
			339039	1.194.669,52	1.174.298,92	20.370,60
			339093	357.417,12	357.417,12	0,00
		Subtotal – F 181		12.642.996,00	12.622.625,40	20.370,60
		381	339000	64,00	0,00	64,00
			339030	23.144,00	23.144,00	0,00
			339037	20.449.495,52	20.449.495,52	0,00
			339039	38.475.357,77	38.447.557,88	27.799,89
			339047	42.342,63	42.342,63	0,00
		339093	651.596,08	651.596,08	0,00	
		Subtotal – F 381		59.642.000,00	59.614.136,11	27.863,89
		Total – F 181+F 381		72.284.996,00	72.236.761,51	48.234,49
Total Global (F 100+181+381)				98.333.257,00	98.285.022,51	48.234,49
<i>OBS.: Fonte 100: Recursos do Tesouro; Fonte 181: Recursos de Convênios – Exercício Corrente; Fonte 381: Recursos de Convênios – Exercícios Anteriores</i>						

Ressalte-se que a concessão do crédito extraordinário decorrente da Medida Provisória nº 711/2016 (R\$26.048.261,00) foi possibilitada pelo cancelamento de dotação própria deste Tribunal.

Quanto aos créditos extraordinários liberados com a edição da Medida Provisória nº 740/2016, no total de R\$ 72.284.996,00, estes foram viabilizados por meio da arrecadação de receitas próprias decorrentes dos convênios mantidos com instituições



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

financeiras.

Do total não utilizado (R\$ 48.234,49), restaram inscritos nas contas contábeis 62.211.00.00 – Crédito Disponível e 62.212.00.00 – Crédito Indisponível os totais de R\$ 48.170,49 e R\$ 64,00, respectivamente, referentes ao crédito decorrente da edição da Medidas Provisórias nº 740/2016.

Ainda, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos orçamentários, houve solicitação e liberação de créditos suplementares para despesas correntes e de capital, mediante oferecimento de recursos compensatórios das Ações constantes do Orçamento deste Órgão, conforme abaixo discriminado:

Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos pelo TRT							
Recursos Oferecidos				Recursos Recebidos			
Data do Pedido	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$	Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$
24/08/2016	107691	3390	(50.000,00)	16/09/2016	107692	3390	50.000,00
		3390	(8.914.002,00)	17/09/2016	107691	4490	8.914.002,00
		3390	(164.128,00)	30/09/2016	110766	3390	164.128,00
21/11/2016	084986	3390	(80.000,00)	30/11/2016	084990	3390	3.040.000,00
	084987	3390	(180.000,00)				
	084988	3390	(1.900.000,00)				
	084989	3390	(880.000,00)				
15/12/2016	084993	3390	(260.000,00)	16/12/2016	107691	3390	430.000,00
	084994	3390	(170.000,00)				
TOTAL			(12.598.130,00)				12.598.130,00

Destarte, a composição dos créditos orçamentários recebidos em



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2016, destinados às despesas de custeio e capital, advindos dos créditos adicionais (suplementares e extraordinários), está sintetizada no quadro que segue:

Tipo dos Créditos Adicionais	Origem do Recursos	Natureza da Despesa	Valor	Observação
Suplementar	Tesouro	3390	14.513.740,00	Crédito atendido com recursos do Tesouro
Suplementar	Próprio	3390	- 12.598.130,00	Recursos orçamentários próprios oferecidos para a concessão de créditos suplementares, visando a adequação orçamentária
		3390	3.684.128,00	
		4490	8.914.002,00	
Extraordinário	Próprio	3390	- 26.048.261,00	Crédito atendido com oferecimento de recursos
			26.048.261,00	Crédito atendido com oferecimento de receitas
			59.642.000,00	Crédito atendido com liberação de receitas contingenciadas na LOA/2016
			- 12.642.996,00	
			12.642.996,00	
TOTAL			74.155.740,00	

Assim, o saldo final dos créditos adicionais para custeio e capital, de R\$ 74.155.740,00, corresponde ao somatório dos créditos recebidos sem oferecimento de recursos orçamentários (R\$ 14.513.740,00), dos créditos recebidos mediante o oferecimento de recursos compensatórios próprios (R\$ 12.598.130,00) e dos créditos extraordinários viabilizados por meio de receitas próprias arrecadadas por convênios com instituições financeiras (R\$ 98.333.257,00), excluindo-se os recursos próprios compensatórios correspondentes aos valores consignados na LOA/2016, oferecidos por ocasião da solicitação de créditos suplementares (R\$ 12.598.130,00), os baixados para viabilizar a edição da Medida Provisória nº 740/2016 (R\$ 26.048.261,00), bem como o valor igualmente consignado na LOA/2016, porém, contingenciado de R\$ 12.642.996,00.

Destarte, somando-se o total dos créditos adicionais à dotação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

inicialmente aprovada na L.O.A., de R\$ 315.913.734,00, obtém-se o total orçamentário de R\$ 390.069.474,00, no exercício de 2016, demonstrado abaixo.

Programas de Trabalho	UG	Natureza da Despesa	Dotação Inicial - R\$ (a)	Créditos Suplementares - R\$		Total - R\$ (d)=(a)+(b)-(c)	
				Recebidos (b)	Oferecidos (c)		
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR - 127165)	080010	3390	0,00	72.284.996,00	0,00	72.284.996,00	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (PTR - 118949)	080010	3390	0,00	26.048.261,00	0,00	26.048.261,00	
Subtotal 1			0,00	98.333.257,00	0,00	98.333.257,00	
ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR - 107691)	080010	3390/91	166.124.725,00	430.000,00	(35.176.391,00)	131.378.334,00
			4490	1.404.777,00	8.914.002,00	0,00	10.318.779,00
	Capacitação de Recursos Humanos (PTR - 084993)	080010	3390/91	674.660,00	0,00	(260.000,00)	414.660,00
	Formação e Aperf. de Magistrados (PTR - 084994)	080032	3390/91	544.424,00	0,00	(170.000,00)	374.424,00
	Trabalho Seguro (PTR - 107209)	080010	3390	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
	Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem (PTR 127265)	080010	3390	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade (PTR - 084986)	080010	3390	825.348,00	0,00	(80.000,00)	745.348,00	
Auxílio Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares (PTR - 084989)	080010	3390	58.560.000,00	7.402.406,00	(880.000,00)	65.082.406,00	
Auxílio Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares (PTR - 084988)	080010	3390	4.787.304,00	0,00	(1.900.000,00)	2.887.304,00	
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares (PTR - 084987)	080010	3390	7.373.556,00	1.055.261,00	(180.000,00)	8.248.817,00	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (PTR - 084983)	080010	3390/91	20.204.400,00	0,00	0,00	20.204.400,00	
Assist.Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes (PTR - 084990)	080010	3390	42.469.380,00	9.072.073,00	0,00	51.541.453,00	
Comunicação e Divulgação Institucional (PTR - 107692)	080010	3390	248.991,00	50.000,00	0,00	298.991,00	
		4490	640,00	0,00	0,00	640,00	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (PTR 110766)	080010	3390	52.533,00	164.128,00	0,00	216.661,00
Reserva de Contingência - Financeira (Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas) (PTR 110765)	080010	9999	12.642.996,00	0,00	(12.642.996,00)	0,00
Subtotal 2			315.913.734,00	27.111.870,00	(51.289.387,00)	291.736.217,00
TOTAL ORÇ. TRT 2ª R. p/ O.C.C. (Subtotais 1+2)			315.913.734,00	125.445.127,00	(51.289.387,00)	390.069.474,00
				74.155.740,00		

O saldo final dos créditos adicionais recebidos para custeio e capital, de R\$ 74.155.740,00, representa 23,47% de acréscimo ao total dos créditos inicialmente autorizados para 2016 (R\$ 315.913.734,00) e também corresponde a 19,01% da dotação final autorizada (R\$ 390.069.474,00).

2.2.2. Síntese das Despesas de Custeio e Capital

A execução orçamentária das despesas de Custeio e Capital, realizada com recursos aprovados na Lei Orçamentária para 2016 diretamente a este Tribunal, está sinteticamente demonstrada no quadro a seguir:

Programas de Trabalho	UG	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$ (a)	Créditos Adicionais R\$ (b)	Total R\$ (c) = (a) + (b)	Execução Orçamentária R\$ (d)	Saldo Orçamentário R\$ (e) = (c) - (d)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR - 127165)	080010	3390	0,00	72.284.996,00	72.284.996,00	72.236.761,51	48.234,49
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (PTR - 118949)	080010	3390	0,00	26.048.261,00	26.048.261,00	26.048.261,00	0,00
Subtotal 1			0,00	98.333.257,00	98.333.257,00	98.285.022,51	48.234,49



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR - 107691)	080010	3390/91	166.124.725,00	- 34.746.391,00	131.378.334,00	130.724.339,03	653.994,97
			4490	1.404.777,00	8.914.002,00	10.318.779,00	10.316.624,40	2.154,60
	Capacitação de Recursos Humanos (PTR - 084993)	080010	3390/91	674.660,00	- 260.000,00	414.660,00	414.660,00	0,00
	Formação e Aperf. de Magistrados (PTR - 084994)	080032	3390/91	544.424,00	- 170.000,00	374.424,00	342.039,36	32.384,64
	Trabalho Seguro (PTR - 107209)	080010	3390	0,00	12.000,00	12.000,00	11.069,64	930,36
	Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem (PTR 127265)	080010	3390	0,00	12.000,00	12.000,00	309,82	11.690,18
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade (PTR - 084986)	080010	3390	825.348,00	- 80.000,00	745.348,00	745.348,00	0,00	
Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084989)	080010	3390	58.560.000,00	6.522.406,00	65.082.406,00	65.082.406,00	0,00	
Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084988)	080010	3390	4.787.304,00	- 1.900.000,00	2.887.304,00	2.887.304,00	0,00	
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084987)	080010	3390	7.373.556,00	875.261,00	8.248.817,00	8.248.817,00	0,00	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (PTR - 084983)	080010	3390/91	20.204.400,00	0,00	20.204.400,00	20.204.400,00	0,00	
Assist.Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes (PTR - 084990)	080010	3390	42.469.380,00	9.072.073,00	51.541.453,00	51.541.453,00	0,00	
Comunicação e Divulgação Institucional (PTR - 107692)	080010	3390	248.991,00	50.000,00	298.991,00	291.437,72	7.553,28	
		4490	640,00	0,00	640,00	577,90	62,10	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (PTR 110766)	080010	3390	52.533,00	164.128,00	216.661,00	94.594,87	122.066,13	
Reserva de Contingencia - Financeira (Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas) (PTR 110765)	080010	9999	12.642.996,00	- 12.642.996,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal 2			315.913.734,00	- 24.177.517,00	291.736.217,00	290.905.380,74	830.836,26	
TOTAL GERAL (Subtotais 1+2)			315.913.734,00	74.155.740,00	390.069.474,00	389.190.403,25	879.070,75	

(*) Os valores dos créditos suplementares são líquidos, já considerados os montantes Recebidos e Oferecidos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3. Das despesas realizadas com recursos descentralizados – Provisões e Destaques

3.1. Créditos Orçamentários Descentralizados – Provisões e Destaques

3.1.1. Provisões

3.1.1.1. Recursos descentralizados – Provisões Recebidas

Em 2016, ocorreram descentralizações de créditos orçamentários a este Tribunal efetuadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, mediante Provisões discriminadas a seguir.

- Descentralizações do Tribunal Superior do Trabalho – TST – UG 080001

O Tribunal Superior do Trabalho descentralizou recursos, no montante de R\$ 1.681.062,44, destinados a despesas de custeio (Naturezas de Despesa 3390 e 3391), nas Atividades “Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação” – PTR 084847 (R\$ 1.647.882,80) e “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” – PTR 084848 (R\$ 33.179,64).

- Descentralizações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – UG 080017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Quanto aos recursos descentralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, estes totalizaram R\$ 9.526.268,78 e foram destinados ao Projeto "Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJE" – PTR 085124 (R\$ 828.896,81) e à Operação Especial “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor” – PTR 090162 (R\$ 8.697.371,97).

Assim, o total geral das Provisões importou em R\$ 11.207.331,22, distribuídas para despesas de pessoal (3190) e custeio (3390/3391), conforme abaixo demonstrado:

Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Provisão				
Órgão	PTR	Ação	Elemento da Despesa	Valor - (R\$)
TST UG 080001	084847	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3390.39	1.647.882,80
	084848	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	339014	5.229,14
			339033	6.725,26
			339036	18.377,24
			339147	2.848,00
Subtotal 1				1.681.062,44
CSJT UG 080017	085124	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE	3390.39	828.896,81
	090162	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	3190.91	8.697.371,97
	Subtotal 2			
TOTAL GERAL (subtotais 1+2)				11.207.331,22

3.1.1.2. Recursos descentralizados – Execução das Provisões Recebidas

As Provisões decorrentes das descentralizações efetuadas foram destinadas à execução de despesas de pessoal, custeio e capital nas seguintes Ações (Atividades, Projetos e Operação Especial):



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

a) Atividades

- “Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação” (PTR 084847);
- "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" (PTR 084848); e

b) Projetos

- "Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE " (PTR 085124); e

c) Operação Especial

- “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor” (PTR 090162).

Dos recursos de pessoal (3190) e custeio (3390/3391) descentralizados mediante Provisão, no total de R\$ 11.207.331,22, ocorreu a execução percentual de 100%, alcançando, no exercício de 2016, a liquidação de 99,40% (R\$ 11.139.650,51), restando inscrito em restos a pagar o correspondente a 0,60% (R\$ 67.680,71).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3.1.2. Destaques

Conforme disposto no artigo 30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. para o exercício de 2016 (Lei nº 13.242/2016), foram destinados créditos orçamentários para o pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta, disponibilizados a este Tribunal mediante descentralizações por meio de “Destaques”.

O montante total descentralizado importou em R\$ 54.228.600,00, destinado ao pagamento da Operação Especial “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas” referente aos precatórios federais da Administração Direta e Indireta.

Segue abordagem quanto ao recebimento, a utilização e o saldo não utilizado, referente às descentralizações por *Destaque* destinadas ao pagamento dos aludidos precatórios:

- Precatórios da Administração Direta e Indireta, no valor total de R\$ 54.228.600,00
 - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional (PTR 090161, 092075 e 126610): R\$ 18.570.717,00;
 - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0033 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado do Rio de Janeiro (PTR 085923): R\$ 35.657.883,00;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3.1.2.1. Recursos descentralizados – Destaques Recebidos

Em 2016, as movimentações desses créditos orçamentários descentralizados a este Tribunal, mediante Destaque, foram originárias das Unidades Orçamentárias a seguir discriminadas.

- Descentralizações da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN – UO 24204

A Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN descentralizou recursos, no montante de R\$ 35.657.883,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0033 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado do Rio de Janeiro – PTR 085923.

- Descentralizações do Instituto Nacional do Seguro Social – UO 49201

O Instituto Nacional do Seguro Social descentralizou recursos que totalizaram R\$ 234.524,00, destinados às Operações Especiais: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional – PTR 126610.

- Descentralizações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – UO 40201

Os recursos descentralizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária totalizaram R\$ 2.953.161,00 e foram destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

(Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional – PTR 092075.

- Descentralizações da União Federal (Órgãos extintos) – UO 71103

Da União Federal, foram descentralizados recursos para o pagamento de ações relacionadas a Órgãos extintos, que totalizaram R\$ 15.383.032,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional – PTR 090161.

3.1.2.2. Recursos descentralizados – Execução e Saldos não Utilizados dos Destaques Recebidos

O total geral dos Destaques (R\$ 54.228.600,00), sua utilização (R\$ 54.154.613,19) e saldos não utilizados (R\$ 73.986,81), seguem demonstrados:

Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Destaque					
UO	PTR	Ação	Valor - (R\$)		
			Concessão	Utilização	Saldo
24204	085923	28.846.0901.0005.0033 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado do Rio de Janeiro	35.657.883,00	35.607.685,47	50.197,53
71103	090161	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	15.383.032,00	15.364.055,51	18.976,49
40201	092075	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional	2.953.161,00	2.949.002,94	4.158,06
49201	126610	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	234.524,00	233.869,27	654,73
TOTAL GERAL			54.228.600,00	54.154.613,19	73.986,81



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Das descentralizações ocorridas, o saldo não utilizado (R\$ 73.986,81) consta registrado na conta contábil 62.211.00.00 - Crédito Disponível.

3.2. Síntese das Descentralizações – Provisões e Destaques

Considerando as movimentações orçamentárias acima expostas, segue quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas realizadas com as descentralizações (Provisões e Destaques) ocorridas durante o exercício:

UG / UO	Programas de Trabalho	Natureza da Despesa	Descentralização (R\$)	Execução Orçamentária (R\$)	Saldo Orçamentário (R\$)
Provisões					
UG 080001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3390.39	1.647.882,80	1.647.882,80	0,00
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	339014	5.229,14	5.229,14	0,00
		339033	6.725,26	6.725,26	0,00
		339036	18.377,24	18.377,24	0,00
		339147	2.848,00	2.848,00	0,00
UG 080017	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE	3390.39	828.896,81	828.896,81	0,00
	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	3190.91	8.697.371,97	8.697.371,97	0,00
Subtotal 1 (Provisões)			11.207.331,22	11.207.331,22	0,00
Destaques					
UO 24204	28.846.0901.0005.0033 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado do Rio de Janeiro	3190	35.657.883,00	35.607.685,47	50.197,53



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

UO 71103	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	3190	15.383.032,00	15.364.055,51	18.976,49
UO 40201	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional	3191	2.953.161,00	2.949.002,94	4.158,06
UO 49201	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	3190	234.524,00	233.869,27	654,73
Subtotal 2 (Destaques)			54.228.600,00	54.154.613,19	73.986,81
TOTAL GERAL (Subtotais 1+2)			65.435.931,22	65.361.944,41	73.986,81

4. Resumo Geral da Programação e Execução Orçamentária e Financeira

O Quadro abaixo demonstra as metas e os resultados alcançados por meio das Ações efetivadas pelos programas governamentais "Prestação Jurisdicional Trabalhista", "Previdência de Inativos e Pensionistas da União" e "Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais", destacando o volume de recursos disponibilizados a este Tribunal, inclusive descentralizações (Provisões e Destaques), e as metas físicas previstas e realizadas, conforme registros na Lei Orçamentária Anual e no Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP:

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA					R\$ 1,00
PROGRAMA: 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴	
ATIVIDADES					
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.202.021.170,00	-	1.202.021.170,00	-	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	26.264.922,00	509	26.142.855,87	505	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

4256 - ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	213.982.109,00	522.143	213.277.724,94	563.176
	Capacitação de Recursos Humanos	414.660,00	4.194	414.660,00	3.346
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	374.424,00	660	342.039,36	1.457
	Trabalho Seguro	12.000,00	-	11.069,64	-
	Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	12.000,00	-x-	309,82	-x-
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes		51.541.453,00	16.461	51.541.453,00	17.399
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		8.248.817,00	960	8.248.817,00	1.034
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		2.887.304,00	1.643	2.887.304,00	1.272
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados		65.082.406,00	6.079	65.082.406,00	6.132
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		20.204.400,00	16.896	20.204.400,00	20.678
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional		299.631,00	1.320	292.015,62	1.259
2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação		1.647.882,80	-	1.647.882,80	-
20G2 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados		33.179,64	-	33.179,64	-
Subtotal – Atividade		1.593.026.358,44		1.592.147.287,69	
PROJETOS					
151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE		828.896,81	-	828.896,81	-
Subtotal – Projetos		828.896,81	-	828.896,81	
OPERAÇÕES ESPECIAIS					
00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade		745.348,00	-	745.348,00	-
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		217.847.588,00	-	217.847.588,00	-
Subtotal – Operações Especiais		218.592.936,00		218.592.936,00	
TOTAL 1 – Programa 0571		1.812.448.191,25		1.811.569.120,50	-
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴	
OPERAÇÕES ESPECIAIS					
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos		520.527.482,00	-	520.527.482,00	-
TOTAL 2 – Programa 0089		520.527.482,00	-	520.527.482,00	-
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS					
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴	
OPERAÇÕES ESPECIAIS					
0005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Direta e Indireta		54.228.600,00	-	54.154.613,19	-
0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor		8.697.371,97	-	8.697.371,97	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

TOTAL 3 – Programa 0901	62.925.971,97	62.851.985,16	-
TOTAL GERAL (Programas 0571+0089+0901)	2.395.901.645,22	2.394.948.587,66	
Fonte: SIAFI			
Notas: • ¹ Dotação Autorizada, ² Metas previstas na LOA, ³ Despesa Realizada, ⁴ Execução das metas previstas.			
• Os dados referentes à “PROGRAMAÇÃO” correspondem aos publicados na L.O.A. para 2016 – Lei nº 13.255/16, aos créditos suplementares e às descentralizações de créditos (provisões e destaques)			

Finalizando, apresentamos a seguir a síntese orçamentária dos recursos recebidos, executados e saldos não utilizados, destinados às despesas de pessoal, custeio e precatórios.

Programas de Trabalho	PTR.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$ (a)	Crédito Suplementar R\$ (b)	Total do Orçamento para 2016 R\$ (c) = (a) + (b)	Execução Orçamentária R\$ (d)	Saldo Orçamentário R\$ (e) = (c) - (d)	
1 - Pessoal								
Pagamento de Pessoal Ativo da União - UG 080010	084984	3190 3191	1.137.525.098,00	64.496.072,00	1.202.021.170,00	1.202.021.170,00	0,00	
Aposentadorias e Pensões - UG 080010	084985	3190	479.008.734,00	41.518.748,00	520.527.482,00	520.527.482,00	0,00	
Contribuições da União p/ o PSSS - UG 080010	084982	3191	210.568.665,00	7.278.923,00	217.847.588,00	217.847.588,00	0,00	
TOTAL 1 - Pessoal			1.827.102.497,00	113.293.743,00	1.940.396.240,00	1.940.396.240,00	0,00	
2 - Outros Custeios e Capital – OCC (exceto Provisões)								
2.1 – Crédito Extraordinário (Medidas Provisórias n.ºs. 711/2016 e 740/2016)								
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - UG 080010	127165	3390	0,00	72.284.996,00	72.284.996,00	72.236.761,51	48.234,49	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - UG 080010	118949	3390	0,00	26.048.261,00	26.048.261,00	26.048.261,00	0,00	
Subtotal 2.1 (Credito Extraordinário)			0,00	98.333.257,00	98.333.257,00	98.285.022,51	48.234,49	
2.2 – Créditos da L.O.A.								
ACIT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - UG 080010	107691	3390	166.124.725,00	- 34.746.391,00	131.378.334,00	130.724.339,03	653.994,97
	3391		1.404.777,00	8.914.002,00	10.318.779,00	10.316.624,40	2.154,60	
	Capacitação de Recursos Humanos - UG 080010	084993	3390 3391	674.660,00	- 260.000,00	414.660,00	414.660,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Formação e Aperf. de Magistrados - UG 080032	084994	3390 3391	544.424,00	- 170.000,00	374.424,00	342.039,36	32.384,64
Trabalho Seguro - UG 080010	107209	3390	0,00	12.000,00	12.000,00	11.069,64	930,36
Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem - UG 080010	127265	3390	0,00	12.000,00	12.000,00	309,82	11.690,18
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade - UG 080010	084986	3390	825.348,00	- 80.000,00	745.348,00	745.348,00	0,00
Auxílio Alimentação aos Serv. Cívicos, Empregados e Militares - UG 080010	084989	3390	58.560.000,00	6.522.406,00	65.082.406,00	65.082.406,00	0,00
Auxílio Transporte aos Serv. Cívicos, Empregados e Militares - UG 080010	084988	3390	4.787.304,00	- 1.900.000,00	2.887.304,00	2.887.304,00	0,00
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - UG 080010	084987	3390	7.373.556,00	875.261,00	8.248.817,00	8.248.817,00	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - UG 080010	084983	3390 3391	20.204.400,00	0,00	20.204.400,00	20.204.400,00	0,00
Assist. Médica e Odont. aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - UG 080010	084990	3390	42.469.380,00	9.072.073,00	51.541.453,00	51.541.453,00	0,00
Comunicação e Divulgação Institucional - UG 080010	107692	3390	248.991,00	50.000,00	298.991,00	291.437,72	7.553,28
		4490	640,00	0,00	640,00	577,90	62,10
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos- UG 080010	110766	3390	52.533,00	164.128,00	216.661,00	94.594,87	122.066,13
Reserva de Contingencia - Financeira (Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas) - UG 080010	110765	9999	12.642.996,00	- 12.642.996,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 2.2 (Créditos da L.O.A.)			315.913.734,00	- 24.177.517,00	291.736.217,00	290.905.380,74	830.836,26
TOTAL 2 - OCC			315.913.734,00	74.155.740,00	390.069.474,00	389.190.403,25	879.070,75
3 - Orçamento Descentralizado (Provisões e Destaques)							
3.1 - Provisões							
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - UG 080001	084847	3390	0,00	0,00	1.647.882,80	1.647.882,80	0,00
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - UG 080001	084848	3390	0,00	0,00	33.179,64	33.179,64	0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processos Judiciais Eletrônicos na Justiça do Trabalho – PJE – UG 080017	085124	3390	0,00	0,00	828.896,81	828.896,81	0,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor – UG 080017	090162	3190	0,00	0,00	8.697.371,97	8.697.371,97	0,00
Subtotal 3.1 (Provisões)			0,00	0,00	11.207.331,22	11.207.331,22	0,00
3.2 - Destaques							
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado do Rio de Janeiro – UO 24204	085923	3190	0,00	0,00	35.657.883,00	35.607.685,47	50.197,53
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional – UO 40201	092075	3190	0,00	0,00	2.953.161,00	2.949.002,94	4.158,06
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional – UO 49201	126610	3190	0,00	0,00	234.524,00	233.869,27	654,73
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional – UO 71103	090161	3190	0,00	0,00	15.383.032,00	15.364.055,51	18.976,49
Subtotal 3.2 (Destaques)			0,00	0,00	54.228.600,00	54.154.613,19	73.986,81
TOTAL 3 – Provisões e Destaques			0,00	0,00	65.435.931,22	65.361.944,41	73.986,81
TOTAL GERAL (TOTAIS 1+2+3)			2.143.016.231,00	187.449.483,00	2.395.901.645,22	2.394.948.587,66	953.057,56
<i>(*) Os valores dos créditos suplementares são líquidos, já considerados os montantes Recebidos, Oferecidos e Contingenciados</i>							



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS

No quadro abaixo estão as metas físicas programadas e executadas de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP para as Atividades 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, composta pelos Planos Orçamentários PO 0 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, PO2 - *Capacitação de Recursos Humanos*, PO5 - *Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, PO6 - *Trabalho Seguro* e PO7 - *Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem*, 2004 - *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*, 2010 - *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares*, 2011 - *Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*, 2012 - *Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares*, 4224 - *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes*, 2549 - *Comunicação e Divulgação Institucional* e 216H - *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos*.

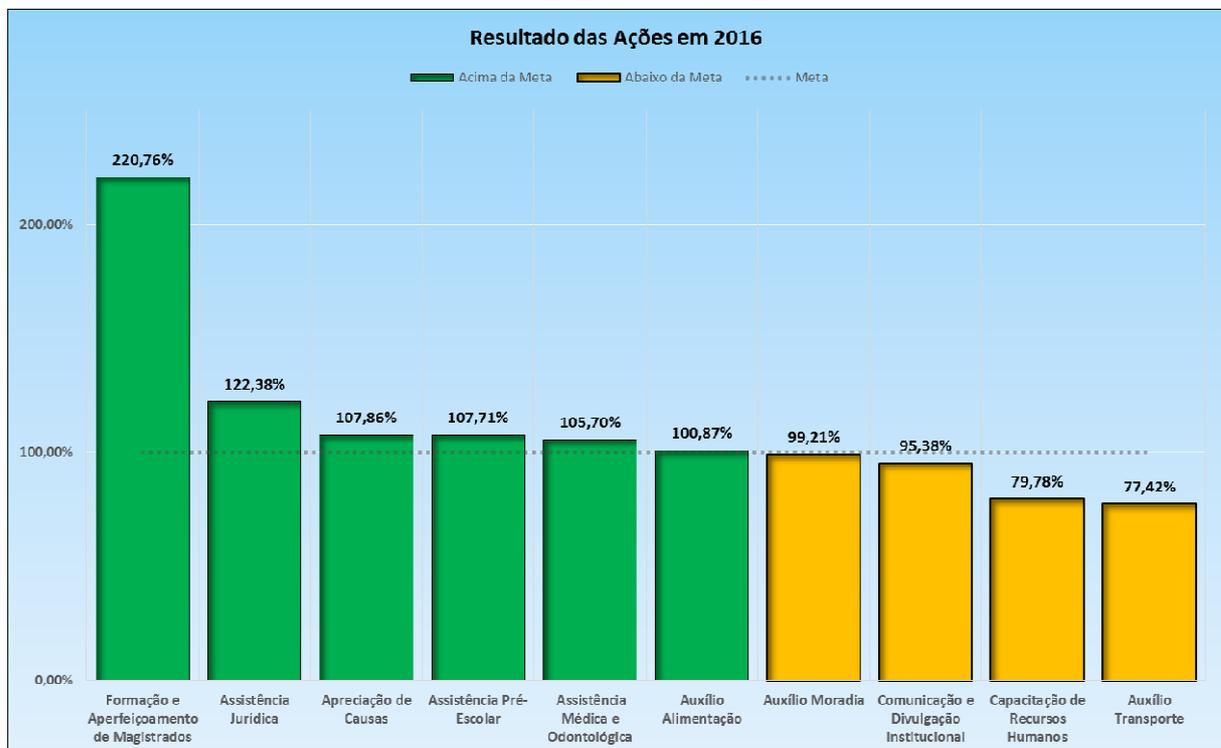
ÓRGÃO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO - EXERCÍCIO: 2016				
AÇÕES		METAS FÍSICAS		Δ%
		PROGRAMAÇÃO (*)	EXECUÇÃO	
4256 - ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ACJT	522.143	563.176	107,86
	Capacitação de Recursos Humanos	4.194	3.346	79,78
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	660	1.457	220,76
	Trabalho Seguro	-	-	-
	Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	-	-	-
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		16.461	17.399	105,70
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		960	1.034	107,71
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		1.643	1.272	77,42
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		6.079	6.132	100,87
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		16.896	20.678	122,38
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional		1.320	1.259	95,38



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	509	505	99,21
<i>(*) As Metas iniciais programadas foram ajustadas durante o exercício, em virtude de liberações de créditos suplementares</i>			

A representação gráfica evidencia os resultados auferidos no desempenho das Ações, demonstrando o cumprimento das metas planejadas.



Observados os resultados, depreende-se:

1. Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

A Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho é uma Atividade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

consubstanciada pelas despesas concernentes à manutenção dos serviços administrativos, serviços de transportes, conservação de bens imóveis, despesas com informática e qualificação e aperfeiçoamento do pessoal, visando a produtividade e eficácia da atuação profissional junto à sociedade e, ainda, despesas relativas às atividades desenvolvidas pela Escola Judicial e as relacionadas ao Programa Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil, visando atingir o objetivo finalístico da Instituição, medido em “processos julgados”.

Em 2016, a Atividade *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* foi segregada em cinco Planos Orçamentários: *PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (ACJT)*, *PO2 - Capacitação de Recursos Humanos (CRH)*, *PO5 – Formação*, *PO6 - Trabalho Seguro e Aperfeiçoamento de Magistrados (FAM)*, *PO6 – Trabalho Seguro* e *PO7 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem (CTIEA)*.

No Sistema SIAFI, esses Planos Orçamentários são identificados através dos Programas de Trabalho Resumidos - PTR - *107691 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no Estado de São Paulo*; *084993 - Capacitação de Recursos Humanos*; *084994 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, *107209 - Trabalho Seguro* e *127265 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem*, o que permitirá a demonstração individualizada das respectivas metas programadas e executadas.

Segue a demonstração das metas dos Planos Orçamentários que compõem esta Atividade.

- *PO1 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR 107691)*

Atividade referente às despesas com diárias e passagens aéreas, ajuda de custo, serviços postais, serviços de utilidade pública (luz, água, telefone e afins),



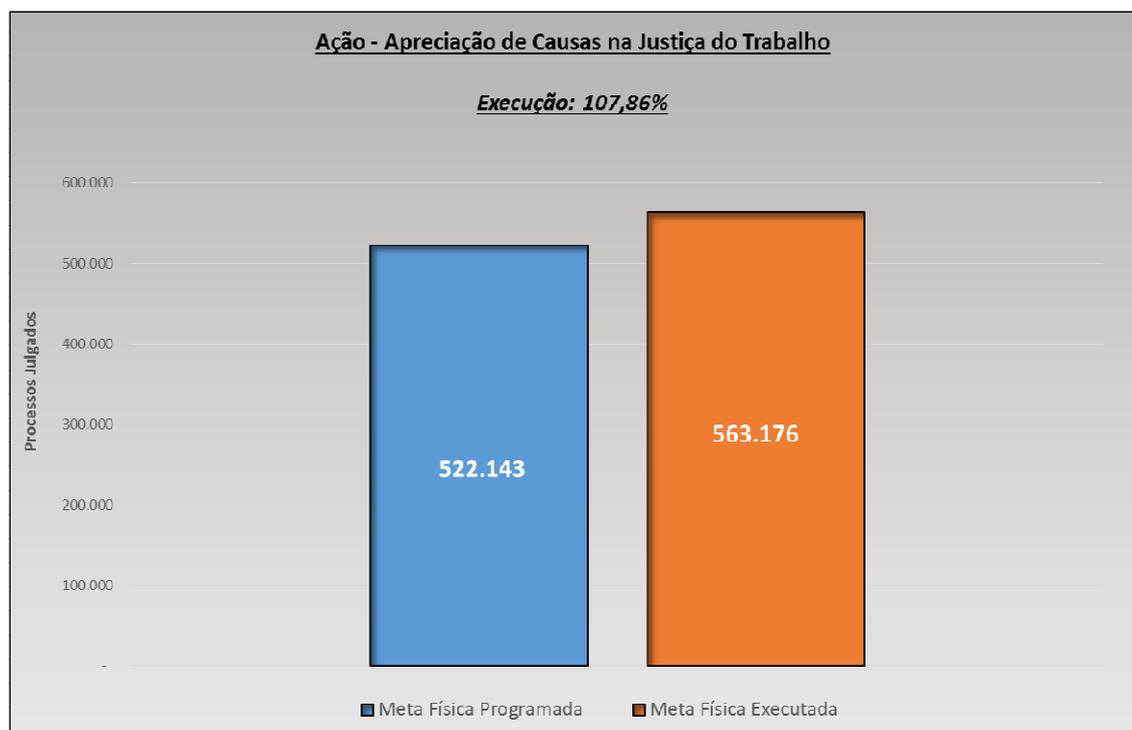
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

serviços de informática, serviços de vigilância e segurança, serviços de limpeza, aquisição de materiais de expediente, aquisição e manutenção de bens móveis, locação de imóveis, investimentos estruturais, que objetivam prover o Órgão de meios administrativos para implementação e gestão das atividades voltadas ao seu objetivo finalístico.

A meta para esta Atividade é a quantidade de processos julgados.

Da expectativa de solucionar 522.143 processos no âmbito desta Justiça, em 2016 foram executados 107,86%, tendo sido julgados 563.176 processos, segundo dados constantes no SIOP.

Conclui-se, portanto, que o percentual da meta física realizada na Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – PO1* mostrou-se adequado ao previsto para o exercício de 2016, superando inclusive o programado em 7,86%.



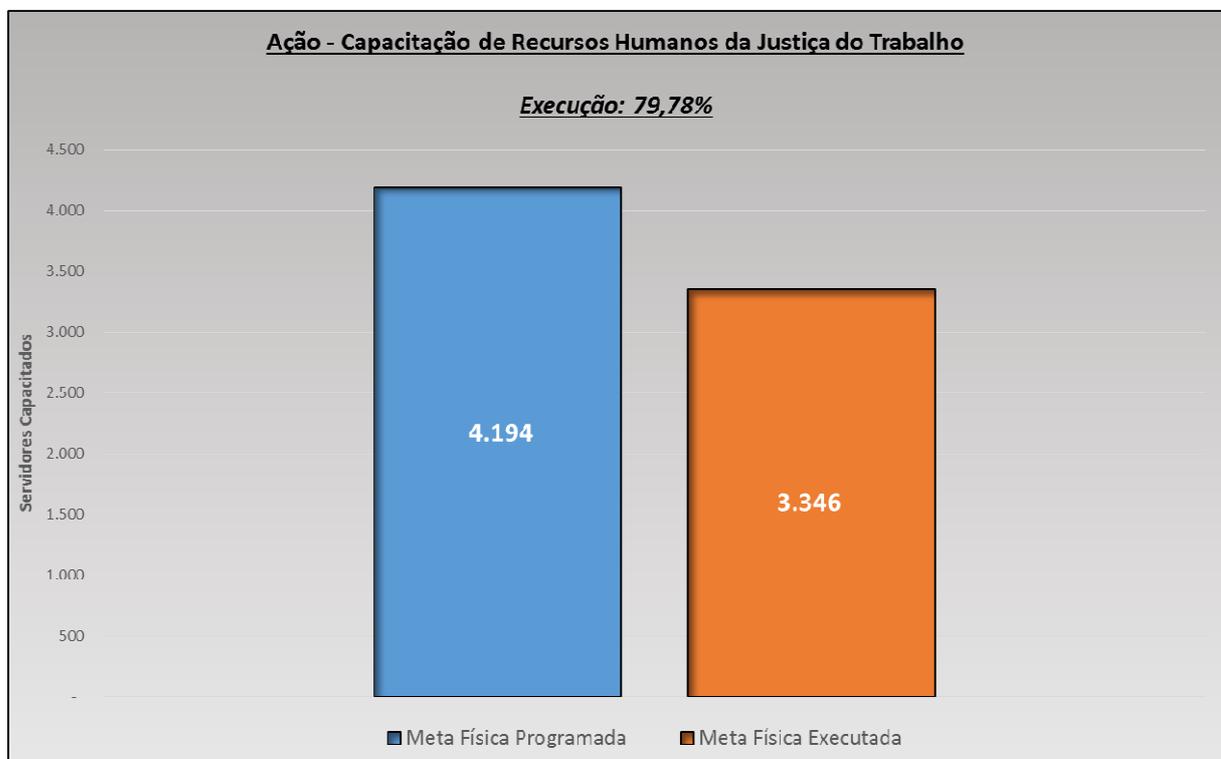


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

• *PO2 – Capacitação de Recursos Humanos (PTR 084993)*

A meta prevista para o desenvolvimento de atividades de capacitação de recursos humanos corresponde à quantidade estimada de servidores participantes de cursos, palestras e outros eventos voltados à melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal.

A meta programada para Capacitação de Recursos Humanos – PO2 - (4.194 servidores capacitados) alcançou a realização de 79,78% (3.346) em virtude de cortes orçamentários sofridos no orçamento de 2016, o que culminou na diminuição de cursos e palestras contratados e, por conseguinte, na redução do número de servidores capacitados.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

• *PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PTR 084994)*

A “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” envolve ações desenvolvidas pela Escola Judicial deste Tribunal (EJUD-2) voltadas à melhoria da prestação jurisdicional promovendo cursos de formação inicial para magistrados, palestras e outros eventos destinados a magistrados e servidores, inclusive com o pagamento de diárias e passagens aéreas, quando pertinentes.

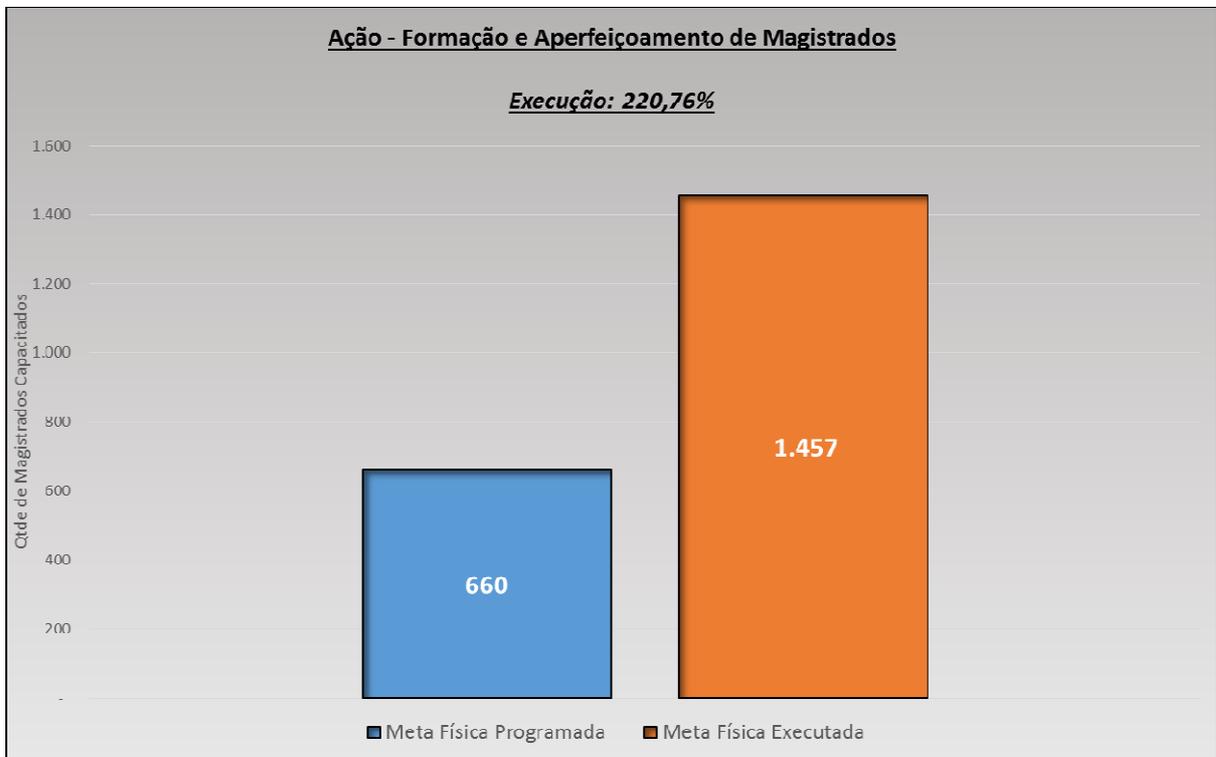
A meta prevista corresponde à quantidade estimada de magistrados capacitados por meio desta Atividade.

Da meta programada para Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – PO5 - (660 magistrados capacitados) foram realizados 220,76% (1.457).

Os dados referentes ao PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados indicam que o percentual de execução da meta física superou a programação em 120,76%, o que possibilitou a capacitação de elevado número de magistrados a custos reduzidos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



• *PO6 - Trabalho Seguro (PTR 107209)*

Para o Programa Trabalho Seguro (PO6), que objetiva garantir o conforto e a segurança de servidores e usuários finais da Justiça do Trabalho, não há vinculação de meta física.

• *PO7 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem (PTR 127265)*

O Programa Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem (PO7), no âmbito da Justiça do Trabalho, foi instituído com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações em prol da erradicação do trabalho infantil no



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Brasil e da adequada profissionalização do adolescente. Este Programa não possui meta física definida a ser alcançada.

2. Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de servidores, ativos, inativos e dependentes, beneficiados com programas de assistência médica e odontológica, viabilizada com os recursos orçamentários consignados a este Tribunal, mediante contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos diretamente pelo Órgão (seguro-saúde) ou ressarcimento de despesas com planos de saúde contratados diretamente por magistrados e servidores (auxílio-saúde), após a comprovação dos pagamentos e nos limites definidos pelo Tribunal.

Para o exercício de 2016, na Ação *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*, a meta física definida no Sistema SIOP previa o atendimento a 16.461 beneficiários.

A análise indica que esta Ação alcançou 105,70% da meta física anual prevista, totalizando 17.399 beneficiários, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.

Durante o exercício de 2016, foram recebidos, para esta Ação, créditos suplementares com e sem oferecimento de recursos próprios nos montantes respectivos de R\$ 3.000.000,00 e R\$ 6.072.073,00, totalizando R\$ 9.072.073,00, o que representa 21,36%

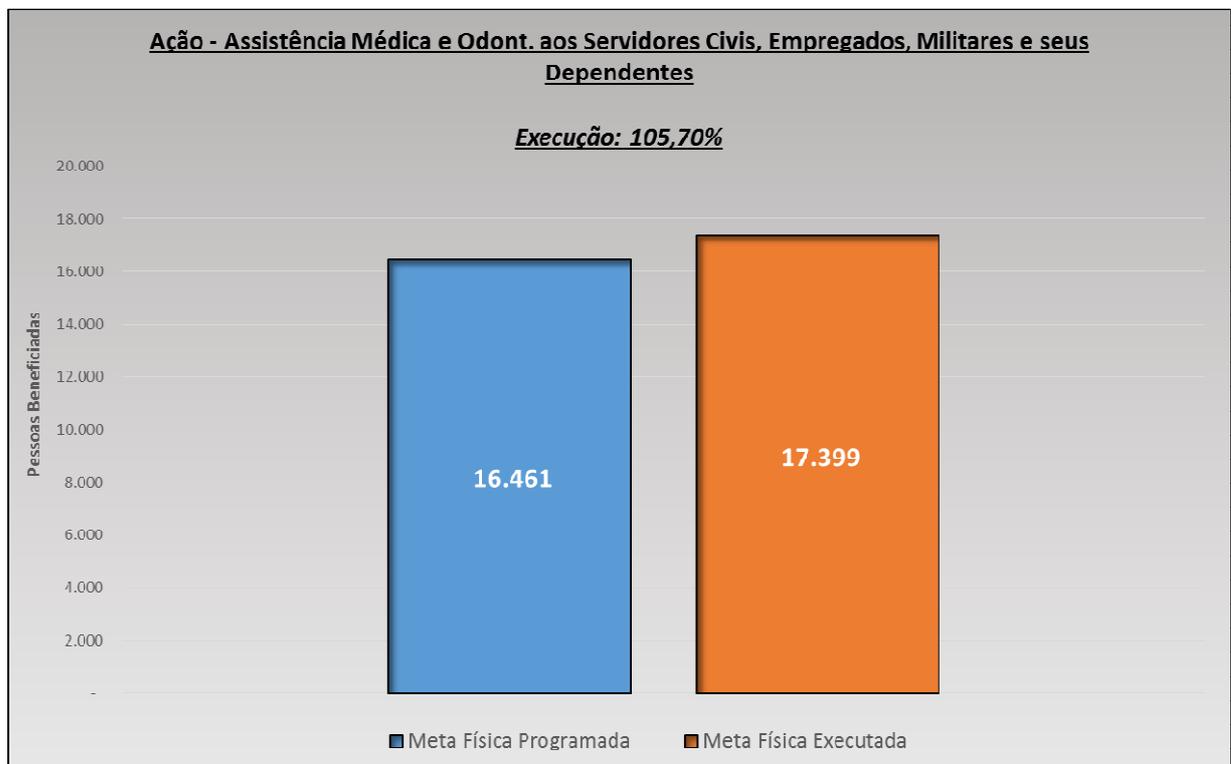


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício (R\$ 42.469.380,00).

Os recursos oferecidos em compensação originaram-se das Atividades “*Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade*” (R\$ 80.000,00), “*Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares*” (R\$ 180.000,00), “*Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares*” (R\$ 1.900.000,00) e “*Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares*” (R\$ 880.000,00).

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

A meta física programada para esta Ação corresponde à quantidade estimada de crianças com idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos, cujos pais, servidores e magistrados deste Órgão, percebem o benefício “Auxílio-creche”, decorrente dos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Para o exercício de 2016, a Ação *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares* teve como meta física definida no Sistema SIOP o atendimento a 960 crianças.

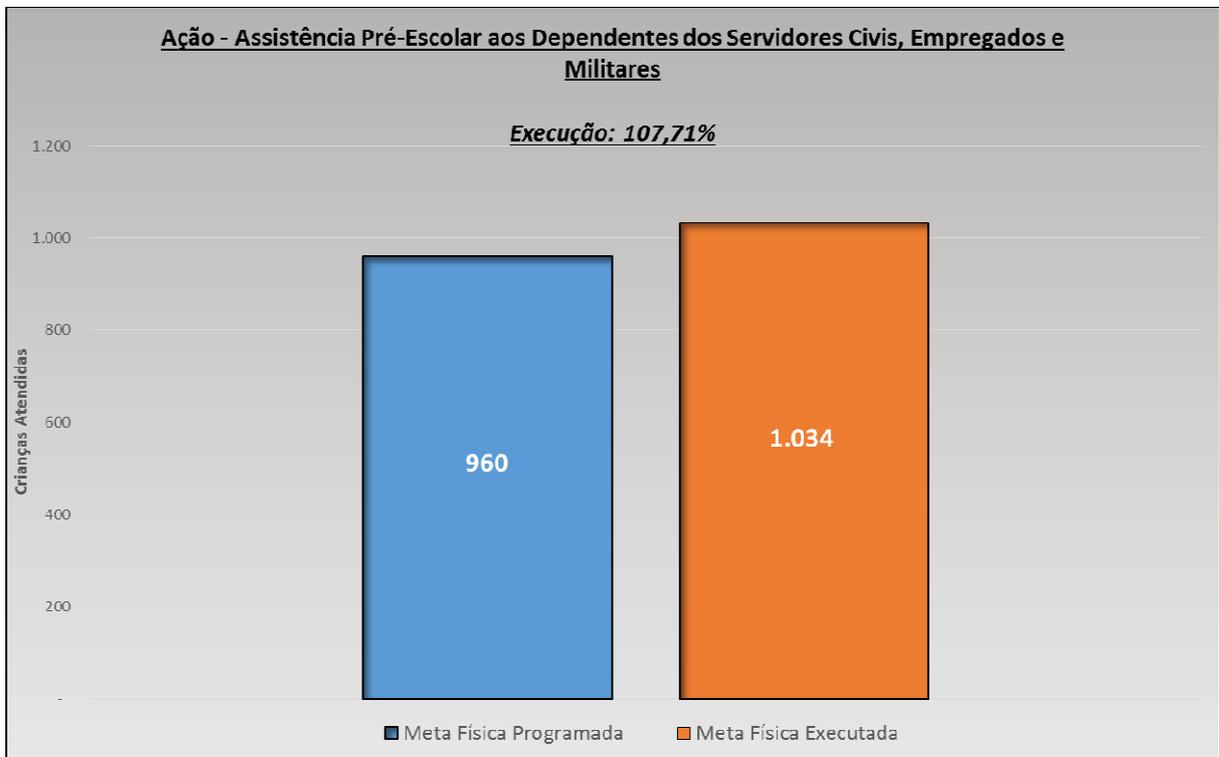
Contudo, a meta final alcançada, de 1.034 crianças atendidas, superou a meta prevista em 7,71%, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.

O orçamento consignado na Lei Orçamentária para 2016 para essa Ação, de R\$ 7.373.556,00, recebeu acréscimos de créditos suplementares solicitados, sem o oferecimento de recursos próprios, no total de R\$ 1.055.261,00. Porém, durante o exercício de 2016, ante a necessidade do custeio de despesas com o Programa Assistência Médica e Odontológica foram oferecidos recursos próprios no valor de R\$ 180.000,00. Assim o acréscimo líquido totaliza R\$ 875.261,00, correspondendo a 11,87% do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



4. Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de servidores deste Órgão, favorecidos, nos termos de Lei específica, pela percepção do benefício em pecúnia, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Para o exercício de 2016, na Ação *Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares* a meta física definida no Sistema SIOP previa o atendimento de 1.643 servidores beneficiados, porém, a meta alcançada (1.272) indica a realização de 77,42%.

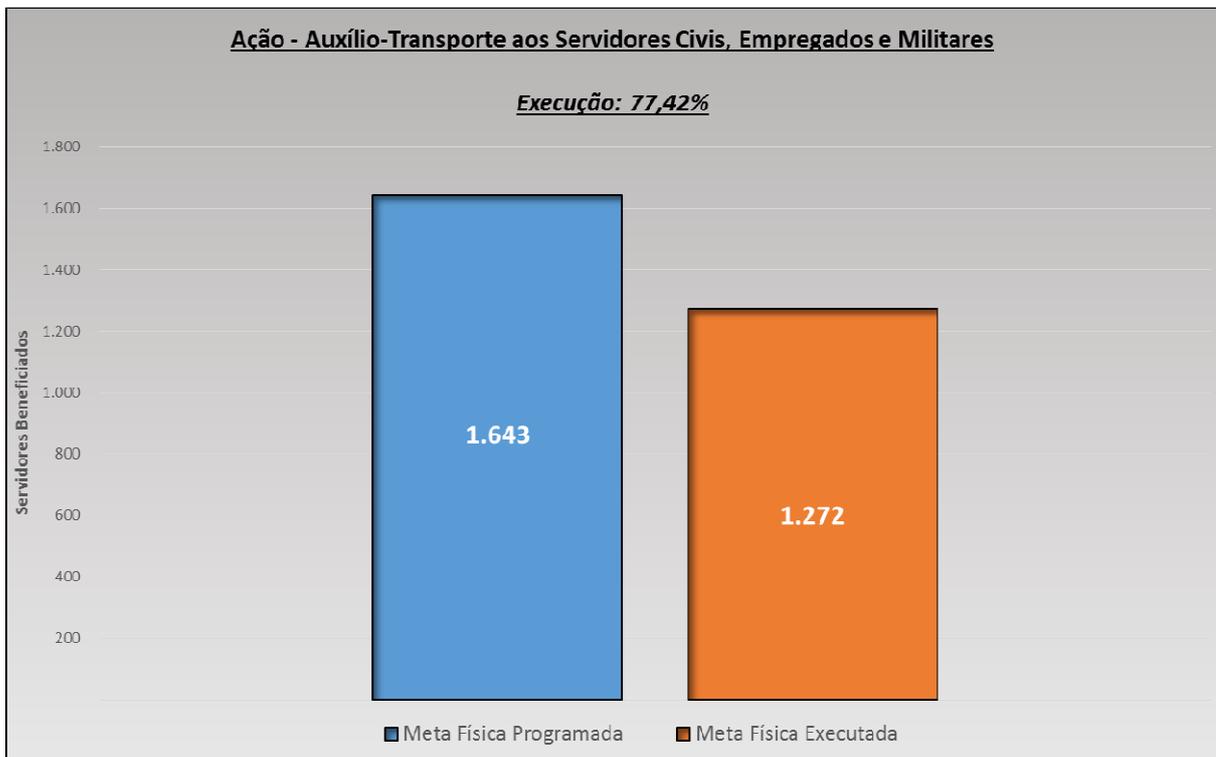


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A queda é reflexo da alteração nos critérios estabelecidos para a concessão do auxílio, que passou a considerar o transporte integrado no cálculo do benefício, por meio de recadastramento efetuado pelo Órgão ao final de 2015, o que culminou na redução de 22,58% na quantidade física de beneficiários em relação ao estimado em 2016.

O orçamento consignado na Lei Orçamentária para 2016 para essa Ação, de R\$ 4.787.304,00, tendo em vista a redução na quantidade de beneficiários, foi superior às despesas executadas neste Programa. À vista desse fato, bem como da necessidade orçamentária de outra Atividade, uma parcela do orçamento inicial, correspondente a 39,69% (R\$ 1.900.000,00), foi objeto de oferecimento para a abertura de créditos suplementares destinados à Ação *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

5. Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a percepção em pecúnia do benefício, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

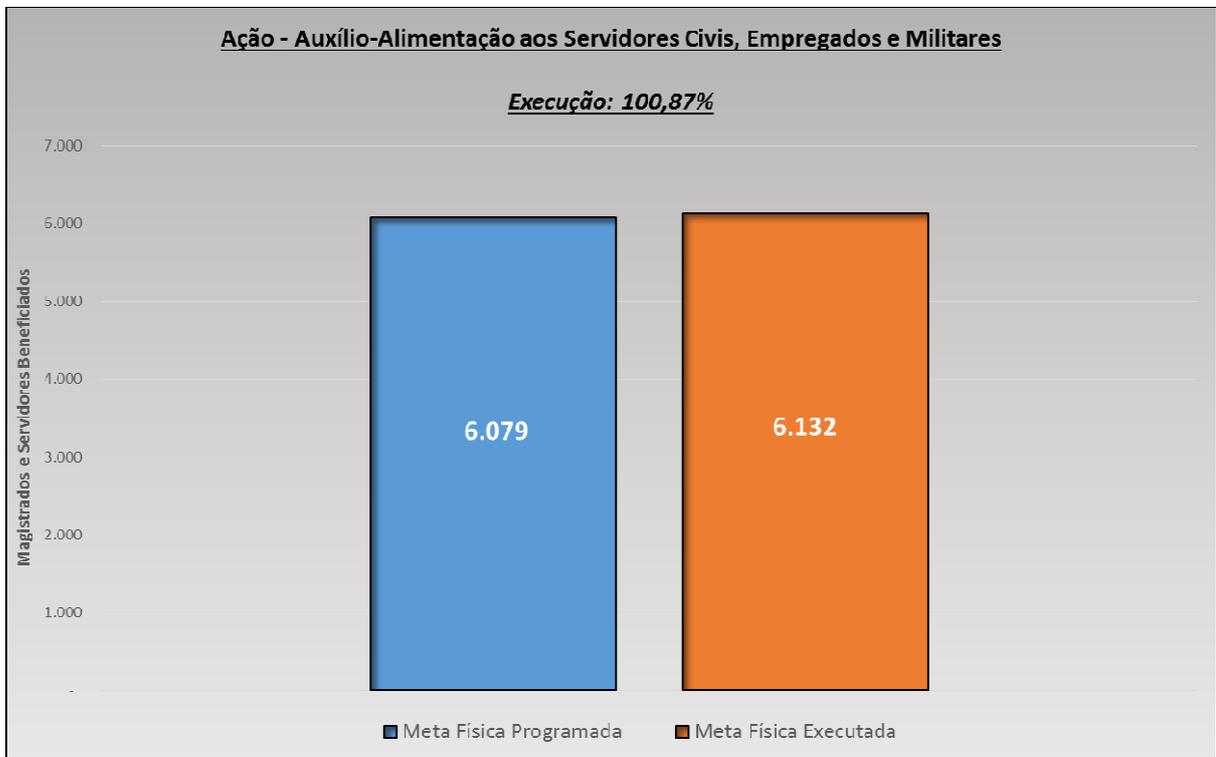
Da meta física programada, igualmente definida no SIOP, de 6.079 beneficiários, foram realizados 100,87%, o que corresponde a 6.132 servidores beneficiados, superando, assim, a meta inicialmente fixada.

O orçamento consignado na Lei Orçamentária para 2016 para essa Ação, de R\$ 58.560.000,00, recebeu acréscimos de créditos suplementares solicitados, sem o oferecimento de recursos próprios, no total de R\$ 7.402.406,00. Porém, durante o exercício de 2016, ante a necessidade do custeio de despesas com o Programa Assistência Médica e Odontológica, foram oferecidos recursos próprios dessa Ação no valor de R\$ 880.000,00. Assim o acréscimo líquido totaliza R\$ 6.522.406,00, correspondendo a 11,14% do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício.

O seguinte gráfico demonstra o alcance da meta física no exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



6. Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, de peritos, intérpretes e tradutores indicados em ações trabalhistas, de acordo com os ditames legais.

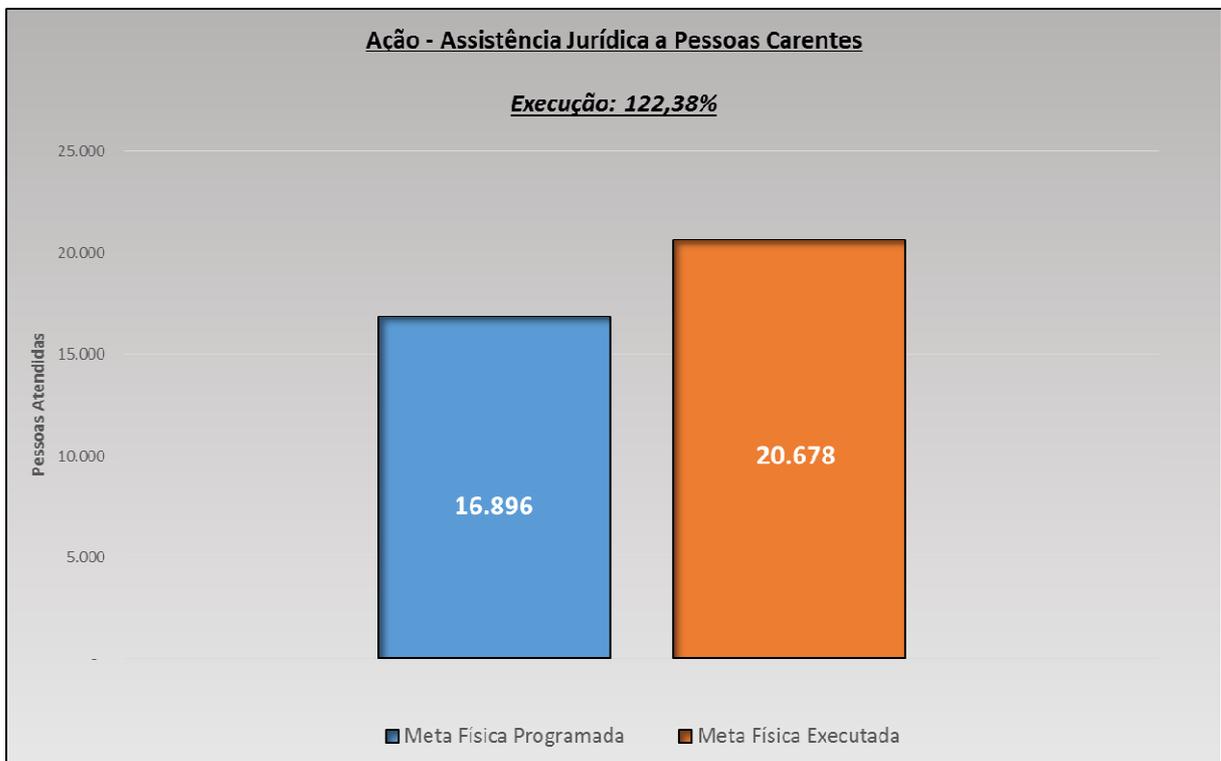
Conforme registros do SIOP, a meta física realizada foi de 20.678 pessoas assistidas, correspondendo a 122,38% da meta programada para 2016 (16.896 pessoas assistidas), superando significativamente, portanto, o previsto para o exercício de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Para o alcance da meta física definida para esta Ação, foi consignado na L.O.A. para 2016 o montante de R\$ 20.204.400, permitindo o alcance e superação da meta inicialmente prevista.

O gráfico a seguir demonstra o alcance da meta física no exercício.



7. Ação 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

Esta Ação é voltada à realização de campanhas de publicidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas pelo Tribunal.

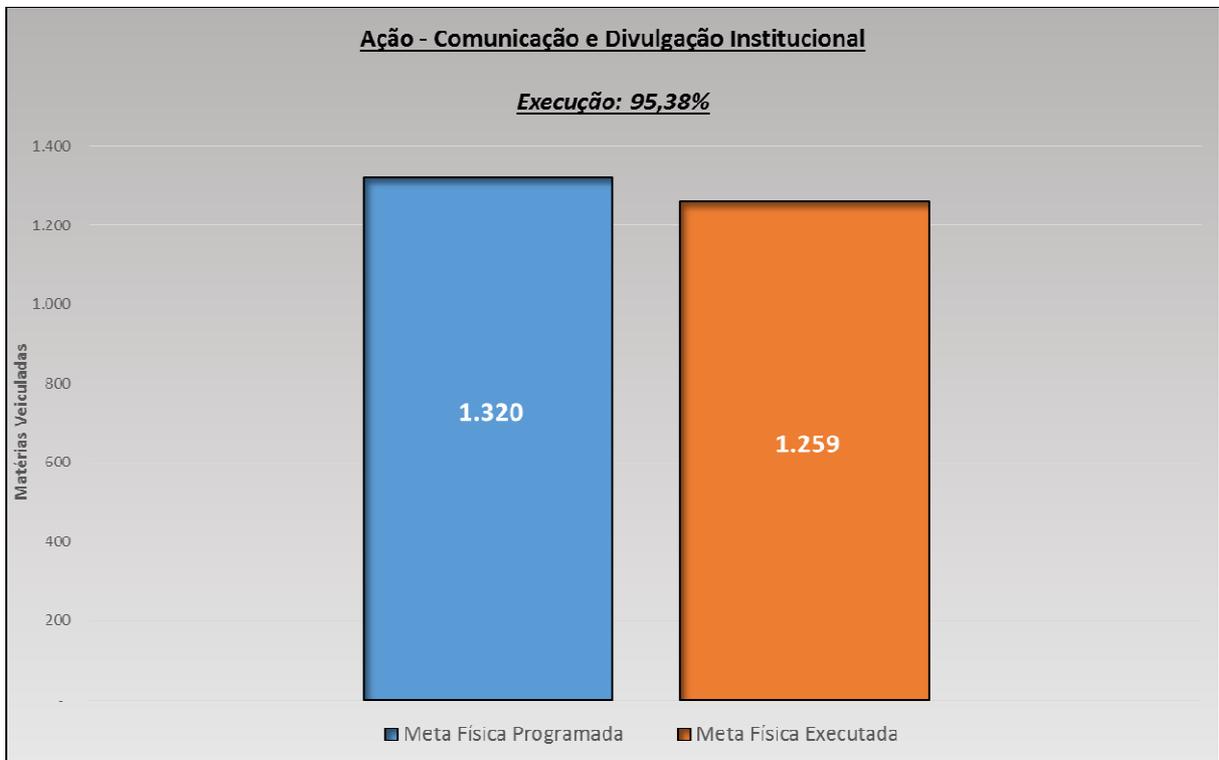
Conforme registros do SIOP, a meta física efetiva alcançou 1.259 matérias veiculadas, correspondendo a 95,38% da meta prevista na L.O.A. para 2016 (1.320 matérias).

O alcance da meta prevista foi prejudicado pelo corte no orçamento inicial consignado na LOA/2016. Da proposição orçamentária de R\$ 497.982,47 para despesas de custeio e R\$ 8.000,00 para despesas de capital, foram consignados apenas R\$ 248.991,00 e R\$ 640,00 respectivamente para essas despesas, ou seja apenas 50% para a realização de despesas de custeio e 8% para despesas de capital foram autorizados.

O gráfico abaixo demonstra o alcance da meta física no exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



8. Ação 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a concessão de auxílio moradia.

Esta Ação teve como meta inserida no Sistema SIOP atingir inicialmente 509 beneficiários (02 servidores e 507 magistrados), sendo alcançado o número de 505 pessoas beneficiadas (02 servidores e 503 magistrados), ou seja, a meta inicial foi plenamente realizada em relação aos servidores atendidos, obtendo-se 99,21% de realização em relação aos senhores magistrados, estando adequada ao previsto para o exercício de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O orçamento inicial para esta Atividade importou em R\$ 52.533,00, destinados ao pagamento de auxílio moradia de servidores, havendo, no decorrer do exercício suplementação orçamentária de R\$ 164.128,00, possibilitada pelo oferecimento de recursos compensatórios deste Tribunal provenientes da Atividade “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”.

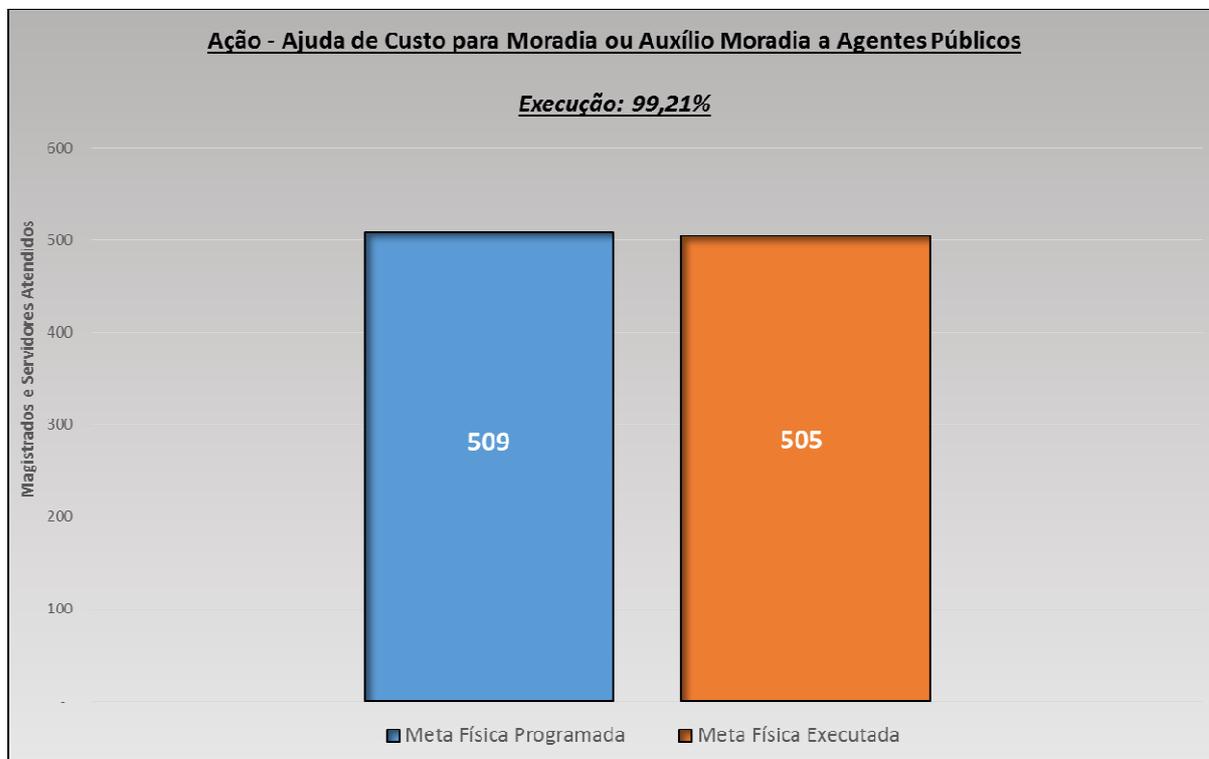
Para o pagamento do auxílio moradia aos senhores magistrados, foi concedido crédito extraordinário no montante de R\$ 26.048.261,00, igualmente suportado pelo oferecimento de recursos próprios deste Tribunal originários da Atividade “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”.

Assim, o total orçamentário consignado para essa Ação foi de R\$ 26.264.922,00.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

IV. INDICADORES DE GESTÃO

A prestação de serviços realizada por este Tribunal traduz-se no produto final “processos solucionados”.

Para a atividade finalística, foram consignados na Lei Orçamentária Anual para este Tribunal recursos orçamentários no Programa de Trabalho 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista. Esse Programa está dividido em Atividades e Operações Especiais, discriminadas a seguir:

- Atividades:
 - 20TP - Pessoal Ativo da União;
 - 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos;
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
 - 2010 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares;
 - 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
 - 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
 - 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional;
 - 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; e
 - 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

- Operações Especiais:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- o 00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade e
- o 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Sem reflexo na atividade finalística, mas relevante para fins de prestação de contas, foram ainda destinados ao Órgão recursos orçamentários no Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Destarte, considerando-se a premissa de que “processo solucionado” é a unidade de medida para verificação do desempenho dos serviços prestados, traduzido em meta física, procederemos à medição do desempenho através de indicadores que demonstrem o desempenho da relação “Orçamento X Meta Física”.

Diante da complexidade da análise pretendida, a relação “Orçamento X Meta Física” será demonstrada sob dois aspectos: 1) Produto e 2) Subprodutos.

O primeiro aspecto (Produto) representa a meta finalística do Órgão – processos solucionados, sob a ótica global do Programa 0571 - *Prestação Jurisdicional Trabalhista*, demonstrando de forma geral o alcance da meta física.

O segundo aspecto (Subprodutos), por sua vez, corresponde às Atividades que compõem a Prestação Jurisdicional Trabalhista, com seus orçamentos e metas próprios. Sua explanação, demonstrando suas metas específicas, auxiliará na análise do alcance da meta finalística (processo julgado).

Portanto, o foco central da análise dos indicadores de desempenho (índices) será a observação da variação ocorrida entre os gastos previstos e os



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

realizados, confrontando-os com a variação entre as metas previstas e as realizadas, no que se refere ao Programa de Trabalho “*Prestação Jurisdicional Trabalhista*”, tendo em vista o seu caráter finalístico, observando-se a utilização orçamentária do conjunto de suas Atividades: 20TP - *Pessoal Ativo da União*; 216H - *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos*; 2004 - *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*; 2010 - *Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2011 - *Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2012 - *Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2549 - *Comunicação e Divulgação Institucional*; 4224 - *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes*; e 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, bem como do conjunto de suas Operações Especiais: 00MI - *Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade e 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais*.

Nesse contexto, demonstramos os resultados dos Indicadores de Desempenho, cuja apuração se dará mediante as seguintes fórmulas:

1. Indicador Global: aplicado ao Programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

- Relação “orçamento” x “meta do produto”: Índice do Programa de Trabalho *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

$$\left\{ \left[\left(\frac{O_{fPT}}{O_{iPT}} \right) * 100 = \% \right] \right\} \quad X \quad \left\{ \left[\left(\frac{M_{fPT}}{M_{iPT}} \right) * 100 = \% \right] \right\}$$

Onde:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O_i = Orçamento inicial;
O_f = Orçamento final;
M_i = Meta inicial;
M_f = Meta Final;
PT = Programa de Trabalho

2. Indicadores Parciais: aplicado às atividades que compõem o Programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

- Relação “orçamento” x “meta dos subprodutos”: Índice das Atividades do Programa de Trabalho *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

$$\left\{ \left(\frac{O_f At}{O_i At} \right) * 100 = \% \right\} \quad X \quad \left\{ \left(\frac{M_f At}{M_i At} \right) * 100 = \% \right\}$$

Onde:

O_i = Orçamento inicial para a Atividade;
O_f = Orçamento final para a Atividade;
M_i = Meta inicial para a Atividade;
M_f = Meta Final para a Atividade;
At = Atividade

Quadro Demonstrativo dos Indicadores de Desempenho				
Orçamento X Meta	Índice de Referência (Exercício 2015)		Índice Observado (Exercício 2016)	
	% Orç.	% Meta	% Orç.	% Meta
1 - Indicador Global: aplicado ao Programa <i>Prestação Jurisdicional Trabalhista</i>				
PT 0571: Programa de Trabalho <i>Prestação Jurisdicional Trabalhista</i>	98,11	108,11%	99,94 %	107,86 %



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2 - Indicadores Parciais: aplicado às atividades que compõem o Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Atividade 20TP: Pagamento de Pessoal Ativo da União		100%	-x-	100,00 %	-x-
Atividade 216H: Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos		-x-	-x-	99,54 %	99,21%
Atividade 2004: Assistência Médica e Odontológica		100%	115,20%	100,00 %	105,70 %
Atividade 2010: Assistência Pré Escolar		99,87%	108,81%	100,00 %	107,71 %
Atividade 2011: Auxílio Transporte		99,97%	81,50%	100,00 %	77,42 %
Atividade 2012: Auxílio Alimentação		99,97%	106,50%	100,00 %	100,87 %
Atividade 2549: Comunicação e Divulgação Institucional		98,35%	130,64%	97,46 %	95,38 %
Atividade 4224: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		100%	99,38%	100,00 %	122,38 %
Atividade 4256: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0 - ACJT	88,97%	108,11%	99,67 %	107,86 %
	PO2 - CRH	91,75%	344,51%	100,00 %	79,78 %
	PO5 - FAM	50,28%	176,58%	91,35 %	220,76 %
	PO6 - TS	99,59%	-x-	92,25 %	-x-
	PO7 - CTIEA	-x-	-x-	2,58 %	-x-
<p><i>OBS.: PO1-ACJT: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; PO2-CRH: Capacitação de Recursos Humanos; PO5-FAM: Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; PO6-TS: Trabalho Seguro; PO7-CTIEA: Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem.</i></p> <p><i>Nota 1: O "Índice de Referência" corresponde ao índice anual apurado no exercício de 2015.</i></p> <p><i>Nota 2: O "Índice Observado" corresponde à meta efetivamente realizada no exercício de 2016.</i></p>					

Os índices acima indicados seguem demonstrados detalhadamente:

Programa de Trabalho	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	522.143	563.176	1.591.345.296,00	1.590.466.225,25
	Realização = 107,86 %		Utilização = 99,94%	

Ações	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
20TP - Pessoal Ativo da União	-x-	-x-	1.202.021.170,00	1.202.021.170,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

		-x-		Utilização = 100%	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	509	505	26.264.922,00	26.142.855,87	
	Realização = 99,21 %		Utilização = 99,54%		
4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0 - ACJT	522.143	563.176	213.982.109,00	213.277.724,94
		Realização = 107,86 %		Utilização = 99,67%	
	PO 2 - Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho	4.194	3.346	414.660,00	414.660,00
		Realização = 79,78%		Utilização = 100,00%	
	PO 5 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	660	1.457	374.424,00	342.039,36
		Realização = 220,76 %		Utilização = 91,35%	
	PO 6 - Trabalho Seguro	-x-	-x-	12.000,00	11.069,64
	-x-		Utilização = 92,25%		
PO 7 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	-x-	-x-	12.000,00	309,82	
	-x-		Utilização = 2,58%		
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	16.461	17.399	51.541.453,00	51.541.453,00	
	Realização = 105,70%		Utilização = 100,00%		
2010 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	960	1.034	8.248.817,00	8.248.817,00	
	Realização = 107,71%		Utilização = 100,00%		
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	1.643	1.272	2.887.304,00	2.887.304,00	
	Realização = 77,42%		Utilização = 100,00%		
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	6.079	6.132	65.082.406,00	65.082.406,00	
	Realização = 100,87%		Utilização = 100,00%		
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	16.896	20.678	20.204.400,00	20.204.400,00	
	Realização = 122,38%		Utilização = 100%		
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.320	1.259	299.631,00	292.015,62	
	Realização = 95,38%		Utilização = 97,46%		

No quadro acima, não estão incluídas as Operações Especiais, tendo em vista que sua execução orçamentária não tem reflexo nos resultados para o alcance da meta global.

Para essas Operações Especiais - “Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade”, “Contribuição da União, de suas Autarquias e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” e “Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis” - segue síntese dos resultados finais, apenas com o objetivo de prestação de contas.

Programa - Ações	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
0571.00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-x-		745.348,00	745.348,00
			Utilização = 100%	
0571.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-x-		217.847.588,00	217.847.588,00
			Utilização = 100%	
0089.0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	-x-		520.527.482,00	520.527.482,00
			Utilização = 100%	

O Programa de Trabalho “0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista” aglutina Ações cujo desempenho está voltado à prestação de serviços aos jurisdicionados da Justiça Trabalhista.

Das Ações que compõem esse Programa de Trabalho, concorrem **diretamente** para satisfação dos serviços prestados aos jurisdicionados as Atividades *Pagamento de Pessoal Ativo da União e Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*; e **indiretamente**, as Atividades *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares; Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Comunicação e Divulgação Institucional e Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Abaixo temos a síntese dos resultados finais.

Discriminação	Orçamento utilizado	Metas alcançadas		
		Parcial	Global	
Programa				
0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	1.590.466.225,25	-x-	563.176	
Atividade				
20TP - <i>Pessoal Ativo da União</i>	1.202.021.170,00	-x-	563.176	
216H - <i>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos</i>	26.142.855,87	505		
4256-ACJT	PO 0 - <i>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</i>	213.277.724,94		563.176
	PO 2 - <i>Capacitação de Recursos Humanos</i>	414.660,00		3.346
	PO 5 - <i>Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados</i>	342.039,36		1.457
	PO 6 - <i>Trabalho Seguro</i>	11.069,64		-x-
	PO 7 - <i>Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem</i>	309,82		-x-
	Subtotal	214.045.803,76		
2004 - <i>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</i>	51.541.453,00	17.399		
2010 - <i>Assist. Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares</i>	8.248.817,00	1.034		
2011 - <i>Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares</i>	2.887.304,00	1.272		
2012 - <i>Aux. Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares</i>	65.082.406,00	6.132		
4224 - <i>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</i>	20.204.400,00	20.678		
2549 - <i>Comunicação e Divulgação Institucional</i>	292.015,62	1.259		
TOTAL	1.590.466.225,25			

As Operações Especiais “Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade”, “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” e “Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis”, por sua vez, não têm reflexos nos resultados das metas, mas, para fins de prestação de contas, segue síntese dos resultados finais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Discriminação	Orçamento utilizado
Programa / Ação	
Prestação Jurisdicional Trabalhista / Operação Especial	
0571.00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	745.348,00
0571.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	217.847.588,00
Previdência de Inativos e Pensionistas da União / Operação Especial	
0089.0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	520.527.482,00
TOTAL	739.120.418,00
<i>OBS.: Não há metas definidas para Operações Especiais</i>	

Dos dados demonstrados nos quadros acima, observa-se que, quanto à meta física, a prestação de serviços aos jurisdicionados desta Justiça Trabalhista visava, para o exercício de 2016, alcançar o total de 522.143 processos julgados. A quantidade final de processos julgados correspondeu a 107,86 % (563.176) do total previsto.

Sob o aspecto financeiro, para atingir a meta inicial de processos julgados, foi consignado o orçamento de R\$ 1.591.345.296,00 para o Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, sendo efetivamente utilizados R\$ 1.590.466.225,25, ou seja, 99,94% do orçamento disponibilizado, excetuando-se saldos não utilizados constantes das contas 62.211.00.00 - Crédito Disponível, no importe de R\$ 879.006,75, e 62.212.01.05 - Crédito Bloqueado pela SOF/MPDG, no valor de R\$ 64,00.

Pela análise conjunta da utilização orçamentária e da meta física realizada, observa-se que o resultado alcançado demonstra eficácia, superando a meta prevista em 7,86%; eficiência, tendo em vista a economia financeira de 0,06% em relação à despesa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

prevista; bem como efetividade, pois a superação da meta pode ser vista como a redução de problemas da sociedade.

Portanto, conclui-se que os resultados foram satisfatórios, tendo em vista o alto índice da meta alcançada.

A segregação do Programa “0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista” em Atividades permite-nos uma avaliação mais pormenorizada das variantes que refletiram o alcance final da meta do Programa.

Como já informado, o alcance da meta “processos julgados” envolve diretamente duas Atividades: Pagamento de Pessoal Ativo da União e Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, que concorreram conjuntamente para que a meta fosse atingida.

A utilização dos recursos financeiros disponibilizados correspondeu a 100% e 99,67%, para as Ações “Pagamento de Pessoal Ativo da União” e “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, respectivamente.

Como já destacado, a Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* é segregada em Planos Orçamentários, com recursos próprios, a saber:

1) PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Orçamento executado: R\$ 213.277.724,94, sendo R\$ 130.724.339,03 e R\$ 10.316.624,40 referentes a despesas de custeio e investimentos, respectivamente, ambos do PTR 107691, e R\$ 72.236.761,51 referentes a despesas de custeio realizadas por meio do crédito extraordinário autorizado (PTR 127165).

2) PO 2 - Capacitação de Recursos Humanos: Orçamento executado: R\$ 414.660,00.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3) PO 5 - Formação e Aperfeiçoamento de Juízes: Orçamento executado: R\$ 342.039,36.

4) PO 6 - Trabalho Seguro: Orçamento executado: R\$ 11.069,64.

5) PO7 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. Orçamento executado: R\$ 309,82.

Os Planos Orçamentários citados, à exceção dos Planos Orçamentários *PO6 - Trabalho Seguro* e *PO7 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem*, têm metas físicas específicas registradas no SIOP.

Abaixo, segregamos a utilização dos recursos financeiros e metas físicas alcançadas especificamente nesses planos orçamentários:

PO	Discriminação	Previsto	Realizado	% Realizado	≠ %
ACJT - PO 0	Orçamento	213.982.109,00	213.277.724,94	99,67	8,19
	Meta	522.143	563.176	107,86	
CRH - PO 2	Orçamento	414.660,00	414.660,00	100,00	- 20,22
	Meta	4.194	3.346	79,78	
FAM - PO 5	Orçamento	374.424,00	342.039,36	91,35	129,41
	Meta	660	1.457	220,76	
T.S. - PO 6	Orçamento	12.000,00	11.069,64	92,25	-x-
	Meta	-x-	-x-	-x-	
CTIEA - PO 7	Orçamento	12.000,00	309,82	2,58	-x-
	Meta	-x-	-x-	-x-	
TOTAL (dos POs)	Orçamento	214.795.193,00	214.045.803,76	99,65	-x-
	Meta	-x-	-x-	-x-	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A variação percentual entre orçamento e meta realizados, distintos por PO, indica que para o alcance das metas físicas, quando definidas, houve economia orçamentária, demonstrando eficiência na utilização dos recursos, indo ao encontro do indicador global do Programa, inclusive quanto ao *PO2 – CRH*, pois a realização de 79,78% da meta física foi em verdade alcançada com a utilização de 61,46% (R\$ 414.660,00) de seu Orçamento inicial (R\$ 674.660,00), uma vez que o montante de R\$ 260.000,00 foi objeto de remanejamento para outro Plano Orçamentário durante o exercício de 2016.

As demais Atividades que compõem o Programa “0571 - *Prestação Jurisdicional Trabalhista*” concorreram indiretamente para a prestação de serviços aos jurisdicionados. Suas metas físicas e financeiras, não obstante, seguem apresentadas e comentadas.

Atividades (*)	Discriminação	Previsto	Realizado	% Realizado	≠ %
2004	Orçamento	51.541.453,00	51.541.453,00	100	5,70
	Meta	16.461	17.399	105,70	
2010	Orçamento	8.248.817,00	8.248.817,00	100	7,71
	Meta	960	1.034	107,71	
2011	Orçamento	2.887.304,00	2.887.304,00	100	- 22,58
	Meta	1.643	1.272	77,42	
2012	Orçamento	65.082.406,00	65.082.406,00	100	0,87
	Meta	6.079	6.132	100,87	
4224	Orçamento	20.204.400,00	20.204.400,00	100	22,28
	Meta	16.896	20.678	122,28	
2549	Orçamento	299.631,00	292.015,62	97,46	2,08
	Meta	1.320	1.259	95,38	
216H	Orçamento	26.264.922,00	26.142.855,87	99,54	0,33
	Meta	509	505	99,21	
TOTAL	Orçamento	171.641.629,00	171.511.947,49	99,92	-x-
	Meta	-x-	-x-	-x-	
(*) 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 2010 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos					



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

No quadro acima, as variações percentuais entre orçamento e meta realizadas, discriminadas por Atividade, indicam a regular utilização orçamentária para o alcance das respectivas metas realizadas. Analisadas globalmente, essas atividades, que têm reflexos indiretos no objetivo finalístico do Órgão (processos solucionados), indicam um percentual de realização satisfatório, proporcionando economia orçamentária, demonstrando eficiência na utilização dos recursos, contribuindo, mesmo que indiretamente, de forma positiva para o resultado global do Programa, inclusive quanto a Atividade *2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*, pois a realização de 77,42% da meta física foi alcançada com a utilização de 60,31% (R\$ 2.887.304,00) de seu Orçamento inicial (R\$ 4.787.304,00), uma vez que o montante de R\$ 1.900.000,00 foi oferecido para outra Atividade em Pedido de Crédito suplementar no decorrer do exercício de 2016.

Concluindo, os índices apurados referentes ao desempenho do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista (físico-orçamentário) demonstraram eficácia, com o alcance de 107,86% de processos solucionados, o que também representa eficiência, pois superou a meta inicial prevista.

Favoreceram essa eficácia e eficiência os desempenhos das Atividades ligadas a esse Programa, que, de forma geral, apresentaram desempenhos médios regulares e homogêneos entre si.

Observa-se, afinal, que o custo por processo solucionado corresponde a R\$ 2.824,10, tendo em vista a utilização do montante orçamentário de R\$ 1.590.466.225,25 para o total de 563.176 processos solucionados em 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Este Tribunal mantém Acordos de Cooperação Técnica com Instituições Financeiras objetivando incrementar o apoio dessas Instituições para a modernização e melhoria da prestação jurisdicional. A implementação se reverte em benefício dos usuários dos serviços forenses, magistrados, serventuários da Justiça e advogados. A contrapartida consiste em garantir as condições logísticas para a captação e gerenciamento, pelos Bancos, dos depósitos judiciais à ordem do Tribunal, mediante postos de atendimento bancário.

Em 2016, estiveram em vigência os Acordos de Cooperação Técnica a seguir relacionados:

Processo	Vigência	Valor Total
Processo Administrativo nº 011/2014 – Banco do Brasil	18/11/2014 a 17/11/2019	0,09% sobre o saldo médio dos depósitos judiciais - a partir de dezembro/2014
Processo Administrativo nº 030/13 – Caixa Econômica Federal	21/03/2014 a 20/03/2019	0,07% sobre depósitos judiciais até R\$ 1,5 bilhões; 0,075% sobre depósitos judiciais entre R\$ 1,5 e R\$ 2 bilhões; 0,08% sobre depósitos judiciais maiores do que R\$ 2 bilhões

Observa-se acima (coluna “Valor Total”) que a contrapartida financeira estipulada nos atuais contratos firmados são valores variáveis, correspondendo a percentuais sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais efetuados nas instituições bancárias, consoante critérios específicos definidos nos respectivos contratos.

As transferências dos recursos pelos Bancos são efetuadas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

mediante depósitos na Conta Única do Tesouro Nacional (11.112.20.01 – *Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS*), à conta deste Regional, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, código 28844-6 – *Transferências de Convênios da União e suas Entidades*, constituindo saldo na fonte de recursos 181 – *Recursos de Convênios*. Essas receitas próprias constituem fonte de recursos para o Orçamento anual e para as solicitações de créditos adicionais no decorrer do exercício.

O quadro abaixo demonstra as transferências financeiras feitas pelas instituições bancárias a este Tribunal nos exercícios de 2014 a 2016.

Exercício	Valor (R\$)		Total (R\$)
	B. Brasil (PA n 011/2014)	CEF (PA n 030/2013)	
2014	2.534.688,93	5.827.077,53	8.361.766,46
2015	70.912.593,78	9.984.800,59	80.897.394,37
2016	75.833.570,08	12.960.012,69	88.793.582,77
Total	149.280.852,79	28.771.890,81	178.052.743,60

Os documentos “Registros de Arrecadação - RA” relativos aos depósitos ocorridos no exercício de 2016, extraídos do SIAFI, seguem transcritos:

✓ **PA nº 011/2014 - Banco do Brasil**

___ SIAFI2016-DOCUMENTO-CONSULTA-CONRA (CONSULTA REGISTRO DE ARRECADACAO)_____						
08/02/17 17:43			USUARIO: AIRTON			
RA NORMAIS			PAGINA : 0000001			
UG EMITENTE : 080010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO						
GESTAO EMITENTE: 00001 - TESOURO NACIONAL						
NUMERO	T	E	EMIS. COD.	RECOLHEDOR	NR REFERENCIA	VALOR TOTAL S
000039	1	1	08Jan 28844	00000000000191	00000000000122015	6140715,30
000756	1	1	05Fev 28844	00000000000191	00000000000012016	6108222,96
001232	1	1	07Mar 28844	00000000000191	00000000000022016	6184187,75
001780	1	1	07Abr 28844	00000000000191	00000000000032016	6217276,39
002330	1	1	06Mai 28844	00000000000191	00000000000042016	6265919,82
002925	1	1	07Jun 28844	00000000000191	00000000000052016	6267584,09
003603	1	1	07Jul 28844	00000000000191	00000000000052016	6317148,08
004327	1	1	05Ago 28844	00000000000191	00000000000072016	6326499,03



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

004952	1	1	08Set	28844	00000000000191	00000000000082016	6420390,91
005472	1	1	07Out	28844	00000000000191	00000000000092016	6511476,33
006059	1	1	08Nov	28844	00000000000191	00000000000102016	6540038,87
006688	1	1	07Dez	28844	00000000000191	00000000000112016	6534110,55
QUANTIDADE RA... 12							VALOR TOTAL DAS RA... 75.833.570,08

✓ **PA n 030/2013 – Caixa Econômica Federal**

___ SIAFI2016-DOCUMENTO-CONSULTA-CONRA (CONSULTA REGISTRO DE ARRECADACAO) _____							
08/02/17 17:45				USUARIO: AIRTON			
RA NORMAIS				PAGINA : 0000001			
UG EMITENTE : 080010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO							
GESTAO EMITENTE: 00001 - TESOURO NACIONAL							
NUMERO	T	E	EMIS.	COD.	RECOLHEDOR	NR REFERENCIA	VALOR TOTAL S
000023	1	1	08Jan	28844	00360305000104		922337,71
000737	1	1	05Fev	28844	00360305000104		920660,24
001214	1	1	07Mar	28844	00360305000104		944881,52
001753	1	1	07Abr	28844	00360305000104		976648,50
002307	1	1	06Mai	28844	00360305000104		1004318,10
002903	1	1	07Jun	28844	00360305000104		1028797,68
003594	1	1	07Jul	28844	00360305000104		1144130,26
004309	1	1	05Ago	28844	00360305000104		1144130,26
004320	1	1	08Ago	28844	00360305000104		20635,37
004936	1	1	08Set	28844	00360305000104		1176013,36
005453	1	1	07Out	28844	00360305000104		1207394,40
006031	1	1	08Nov	28844	00360305000104		1231725,98
006667	1	1	07Dez	28844	00360305000104		1238339,31
QUANTIDADE RA... 13							VALOR TOTAL DAS RA... 12.960.012,69

Os atuais acordos têm como base dos montantes a serem repassados pelos Bancos ao Tribunal o volume financeiro dos depósitos judiciais efetuados naquelas instituições financeiras, decorrentes das ações trabalhistas deste Regional. Sobre o saldo médio mensal desses depósitos incidem os percentuais fixados nos acordos.

Os valores transferidos a este Tribunal decorrentes desses Acordos estão discriminados abaixo.

Mês/Ano	Banco do Brasil		Caixa Econômica Federal				Total R\$
	Dep. Judicial	0,09%	Dep. Judicial	0,07%	0,075%	0,08%	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Total 2014	(**)	2.534.688,93	(**)	5.827.077,53	-x-	-x-	8.361.766,46
Total 2015	(**)	70.912.593,78	(**)	9.984.800,59	-x-	-x-	80.897.394,37
Jan/16	(**)	6.140.715,30	(**)	922.337,71	-x-	-x-	7.063.053,01
Fev/16	(**)	6.108.222,96	(**)	920.660,24	-x-	-x-	7.028.883,20
Mar/16	(**)	6.184.187,75	(**)	944.881,52	-x-	-x-	7.129.069,27
Abr/16	(**)	6.217.276,39	(**)	976.648,50	-x-	-x-	7.193.924,89
Mai/16	(**)	6.265.919,82	(**)	1.004.318,10	-x-	-x-	7.270.237,92
Jun/16	(**)	6.267.584,09	(**)	1.028.797,68	-x-	-x-	7.296.381,77
Jul/16	(**)	6.317.148,08	(**)	1.144.130,26	-x-	-x-	7.461.278,34
Ago/16	(**)	6.326.499,03	(**)	1.164.765,63	-x-	-x-	7.491.264,66
Set/16	(**)	6.420.390,91	(**)	1.176.013,36	-x-	-x-	7.596.404,27
Out/16	(**)	6.511.476,33	(**)	1.207.394,40	-x-	-x-	7.718.870,73
Nov/16	(**)	6.540.038,87	(**)	1.231.725,98	-x-	-x-	7.771.764,85
Dez/16	(**)	6.534.110,55	(**)	1.238.339,31	-x-	-x-	7.772.449,86
Total 2016		75.833.570,08		12.960.012,69			88.793.582,77
Total Geral (2014 a 2016)		149.280.852,79	(**)	28.771.890,81	-x-	-x-	178.052.743,60
(**) Valor não informado							

Os valores resultantes dos contratos firmados com o Banco do Brasil S/A e com a Caixa Econômica Federal estão registrados na conta contábil 71.131.08.00 – Termos/Acordos de Cooperação e seguem demonstrados.

Ano	BANCO DO BRASIL – BB			CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF		
	Valor contratado	Repasses	Saldo	Valor contratado (*)	Repasses	Saldo
2014	329.400.000,00	2.534.688,93	326.865.311,07	42.000.000,00	5.827.077,53	36.172.922,47
2015		70.912.593,78	255.952.717,29		9.984.800,59	26.188.121,88
2016 (até junho)		37.183.906,31	218.768.810,98		5.797.643,75	20.390.478,13
2016 (a partir de junho)	252.666.624,60	38.649.663,77	214.016.960,83	38.586.411,59	7.162.368,94	31.424.043,35

Nota:

- Exercícios de 2014 e 2015: Os valores iniciais dos contratos (R\$ 329.400.000,00 e R\$ 42.000.000,00 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), foram calculados de acordo com a média de depósitos judiciais no exercício de 2014 (R\$ 5.490.000,00 e R\$ 700.000,00 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), projetado para o período de novembro/14 a outubro/19 (60 meses).
- Exercício de 2016: Revisão dos valores médios mensais dos depósitos pelas instituições financeiras ao Tribunal com base nos dados extraídos do SIGEO. Esses valores mensais (R\$ 6.162.600,60 e R\$ 941.131,99 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), foram projetados para o período restante do contrato a partir de junho/16 até outubro/19 (41 meses restantes).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, inspecionados os atos referentes à execução das despesas realizadas no exercício de 2016 por este Órgão, submetemos a presente Prestação de Contas à superior consideração.

São Paulo, 14 de março de 2017


AIRTON MATOS DA SILVA
Diretor da Coordenadoria de Contabilidade
Substituto


NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação
Orçamentária e Financeira

DE ACORDO

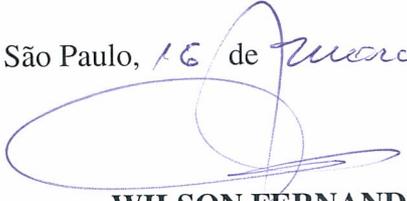
São Paulo, 15 de março de 2017


RODRIGO CORREA DA CUNHA
Diretor Geral da Administração - Substituto

APROVO

CIÊNCIA AO E. TRIBUNAL PLENO.

São Paulo, 16 de março de 2017


WILSON FERNANDES
Desembargador Presidente do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

VII. ANEXOS – Demonstrativos Contábeis

- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Demonstrativo de Fluxo de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.256.211.939,93	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.580.766.173,36	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	675.445.766,57	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	424.166.357,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	37.377.551,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	213.901.858,57	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	2.164.823.875,24	-	Transferências Financeiras Concedidas	90.915.558,15	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.163.576.632,24	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	2.163.576.632,24	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.247.243,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	90.915.558,15	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.185,09	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.592.705,48	-
Demais Transferências Recebidas	617.226,42	-	Demais Transferências Concedidas	630,63	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	619.831,49	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	76.322.222,04	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	239.701.743,79	-	Despesas Extraorçamentárias	55.880.371,55	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.523.556,81	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.457.338,35	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	75.298.351,64	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	46.978.368,01	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	140.349,76	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	444.665,19	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	157.739.485,58	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	157.425.950,65	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	313.534,93	-			
Saldo do Exercício Anterior	175.271.219,66	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	176.788.969,06	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.271.219,66	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	176.788.969,06	-
TOTAL	2.579.796.838,69	-	TOTAL	2.579.796.838,69	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			2.256.211.939,93	2.256.211.939,93
TOTAL			2.256.211.939,93	2.256.211.939,93
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	68.157.763,00	68.157.763,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	60.900.000,00	60.900.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	7.257.763,00	7.257.763,00	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.920.243.229,00	2.232.765.607,00	2.234.488.506,69	2.179.278.674,87	2.172.755.118,06	-1.722.899,69
Pessoal e Encargos Sociais	1.605.160.718,00	1.859.487.182,00	1.875.960.890,61	1.862.946.042,59	1.856.471.040,05	-16.473.708,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	315.082.511,00	373.278.425,00	358.527.616,08	316.332.632,28	316.284.078,01	14.750.808,92
DESPESAS DE CAPITAL	7.311.441,00	31.100.932,00	21.723.433,24	1.634.913,42	1.634.913,42	9.377.498,76
Investimentos	7.311.441,00	31.100.932,00	21.723.433,24	1.634.913,42	1.634.913,42	9.377.498,76
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.927.554.670,00	2.263.866.539,00	2.256.211.939,93	2.180.913.588,29	2.174.390.031,48	7.654.599,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.927.554.670,00	2.263.866.539,00	2.256.211.939,93	2.180.913.588,29	2.174.390.031,48	7.654.599,07
TOTAL	1.927.554.670,00	2.263.866.539,00	2.256.211.939,93	2.180.913.588,29	2.174.390.031,48	7.654.599,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	35.928.690,42	38.431.149,54	31.416.998,49	31.416.998,49	14.471.710,85	28.471.130,62
Pessoal e Encargos Sociais	32.554.661,23	8.849.282,21	4.676.372,82	4.676.372,82	11.544.117,62	25.183.453,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.374.029,19	29.581.867,33	26.740.625,67	26.740.625,67	2.927.593,23	3.287.677,62
DESPESAS DE CAPITAL	1.564.179,72	18.147.117,03	15.561.369,52	15.561.369,52	1.144.169,09	3.005.758,14
Investimentos	1.564.179,72	18.147.117,03	15.561.369,52	15.561.369,52	1.144.169,09	3.005.758,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.492.870,14	56.578.266,57	46.978.368,01	46.978.368,01	15.615.879,94	31.476.888,76

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	8.457.338,35	8.457.338,35	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.474.335,37	5.474.335,37	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	2.983.002,98	2.983.002,98	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	8.457.338,35	8.457.338,35	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	300.451.793,52	-			
Bens Imóveis	300.459.244,21	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.450,69	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.295.722,48	-			
Softwares	3.295.722,48	-			
Softwares	5.910.981,20	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.615.258,72	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	555.928.225,53	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	555.928.225,53	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	176.788.969,06	-	PASSIVO FINANCEIRO	113.612.332,14	-
ATIVO PERMANENTE	379.139.256,47	-	PASSIVO PERMANENTE	323.729.869,99	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	118.586.023,40	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	307.546.789,17	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	60.059.241,05	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	307.546.789,17	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	60.059.241,05	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	25.405.950,00	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	282.140.839,17	-	Obrigações Contratuais a Executar	60.059.241,05	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	307.546.789,17	-	TOTAL	60.059.241,05	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-29.654,50
Recursos Vinculados	63.206.291,42
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.335.000,00
Operação de Crédito	-456.925,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	64.998.216,42
TOTAL	63.176.636,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 19/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	18.714.032,34	-
INGRESSOS	2.322.703.710,58	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.322.703.710,58	-
Ingressos Extraorçamentários	140.349,76	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.164.823.875,24	-
Arrecadação de Outra Unidade	157.425.950,65	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	313.534,93	-
DESEMBOLSOS	-2.303.989.678,24	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.998.490.737,20	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.495.129.212,34	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-485.520.827,23	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-17.840.697,63	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-214.138.717,70	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-214.138.717,70	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-91.360.223,34	-
Dispêndios Extraorçamentários	-444.665,19	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-90.915.558,15	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.196.282,94	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.196.282,94	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-15.824.453,25	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-1.371.829,69	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.517.749,40	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	175.271.219,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	176.788.969,06	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.744.265.290,3	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	72.803.826,78	-
Impostos	-	-
Taxas	72.803.826,78	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	925.049,64	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	925.049,64	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	370.877,84	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	212.108,22	-
Variações Monetárias e Cambiais	158.769,62	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.245.721.269,6	-
Transferências Intragovernamentais	2.164.823.875,2	-
Transferências Intergovernamentais	80.897.394,37	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	420.170.873,86	-
Reavaliação de Ativos	214.244.465,36	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	737.964,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	205.188.444,50	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.273.392,63	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSION 19/02/2016	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.588.864,85	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.684.527,78	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.653.056.884,6	-
Pessoal e Encargos	1.471.466.906,7	-
Remuneração a Pessoal	1.162.136.478,0	-
Encargos Patronais	211.684.959,04	-
Benefícios a Pessoal	97.172.305,56	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	473.164,16	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	491.815.236,89	-
Aposentadorias e Reformas	385.849.395,39	-
Pensões	99.219.852,53	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.745.988,97	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	230.328.028,06	-
Uso de Material de Consumo	8.088.766,38	-
Serviços	209.358.835,25	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.880.426,43	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.458,40	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.823,84	-
Variações Monetárias e Cambiais	634,56	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	91.369.483,04	-
Transferências Intragovernamentais	90.915.558,15	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	453.924,89	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	351.570.241,30	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.786.819,28	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	48.503,05	-
Incorporação de Passivos	277.203.039,44	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	72.531.879,53	-
Tributárias	3.508.767,06	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.760,00	-
Contribuições	3.465.007,06	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.988.763,12	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12.988.763,12	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	91.208.405,71	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014